

2 A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

Este capítulo, apresenta a dinâmica de desenvolvimento da economia mundial e os fatores que contribuíram para o processo de globalização e de acumulação de capital ao longo de cinco séculos. Além disso, tem por objetivo identificar os impactos do processo de globalização da economia mundial sobre o desenvolvimento econômico e social e sobre as desigualdades econômicas, sociais, regionais, nacionais e internacionais. Compõe-se de três partes:

- A dinâmica de desenvolvimento da economia mundial
- O processo de globalização do Século XV ao Século XX
- As desigualdades econômicas e sociais mundiais no Século XX

Ao abordar a dinâmica de desenvolvimento da economia mundial, pretende-se apresentar a essência do processo de acumulação do capital em escala global com os elementos que lhe deram sustentação durante cinco séculos. Na abordagem do processo de globalização, busca-se apresentar suas principais características em cada um dos seus períodos do Século XV ao Século XX. Ao tratar das desigualdades econômicas e sociais mundiais no Século XX, procura-se avaliar os efeitos do processo de globalização na geração das disparidades sociais e internacionais. Finalmente, foram apresentados os impactos do processo de globalização sobre o processo de desenvolvimento econômico e social e as desigualdades econômicas, sociais, regionais, nacionais e internacionais.

2.1 A DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA MUNDIAL

Para entender a evolução da economia mundial do Século XV ao Século XX, é preciso retroagir no tempo, desde as origens do capitalismo. Além disso, é necessário entender o capitalismo da forma como concebeu Braudel (1982), que admitiu ser ele constituído por uma camada superior de uma estrutura em três patamares: a camada inferior, a mais ampla, de uma economia extremamente elementar e basicamente auto-suficiente, que denominou de **vida material**, a camada da não-economia, o solo em que o capitalismo crava suas raízes, mas na qual nunca consegue penetrar. Acima dessa camada, vem o campo da **economia de mercado**, com suas muitas comunicações horizontais entre os diferentes mercados em que há uma coordenação automática que liga a oferta, a demanda e os preços. Depois dessa camada e

acima dela, vem a zona do **antimercado** onde circulam os grandes predadores e vigora a lei das selvas. Esse — hoje como no passado, antes e depois da revolução industrial — é o verdadeiro lar do capitalismo (Figura 2).



Figura 2 – Estrutura do capitalismo em camadas segundo Fernand Braudel

Como afirma Arrighi (1996), a questão principal não é identificar quando e como uma economia mundial de mercado ergueu-se acima das estruturas primordiais da vida cotidiana, mas quando e como o capitalismo ergueu-se acima das estruturas da economia mundial de mercado preexistente e, com o correr do tempo, adquiriu seu poder de moldar de maneira nova os mercados e as vidas do mundo inteiro. Defende a tese de Braudel quando afirma que

a metamorfose da Europa no monstruoso modelador da história mundial em que ela se transformou depois de 1500 não foi uma simples transição. Foi, antes, uma série de etapas e transições, datando a primeira delas de muito antes do que se costuma conhecer como o Renascimento do fim do século XV. (Arrighi, 1996, p.11)

Segundo Arrighi (1996), em parte alguma do planeta essa metamorfose aconteceu, à exceção da Europa onde algumas nações foram impelidas à conquista territorial do mundo e à formação de uma economia mundial capitalista poderosa e verdadeiramente global. Considera ainda que a transição importante que precisa ser elucidada não é a do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para um poder concentrado, e que o aspecto mais importante desta transição é a fusão singular do Estado com o capital, que em parte alguma se realizou de maneira mais favorável ao capitalismo do que na Europa.

Apoiando-se em Braudel, Arrighi (1996) acrescenta que o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, **quando é o Estado**. Em sua primeira grande fase, a das cidades-estado italianas de Veneza, Gênova e Florença, o poder estava nas mãos da elite endinheirada. Na Holanda do Século XVII, a aristocracia dos regentes governou em benefício dos

negociantes, mercadores e emprestadores de dinheiro, e até de acordo com as suas diretrizes. Do mesmo modo, na Inglaterra, a Revolução Gloriosa de 1688 marcou uma ascensão dos negócios semelhante à da Holanda. “A fusão entre o Estado e o capital foi o ingrediente vital da emergência de uma camada claramente capitalista por sobre a camada da economia de mercado e em antítese a ela” (ARRIGHI, 1996, p.20). O capitalismo só triunfa quando coloca o Estado a seu serviço, isto é, quando a burguesia assume a hegemonia do poder político. Arrighi deixa claro que:

(...) a concentração do poder nas mãos de determinados blocos de órgãos governamentais e empresariais foi tão essencial para as reiteradas expansões materiais da economia mundial capitalista quanto a concorrência entre estruturas políticas aproximadamente equivalentes. Como regra geral, as grandes expansões materiais só ocorreram quando um novo bloco dominante acumulou poder mundial suficiente para ficar em condições não apenas de contornar a competição interestatal, ou erguer-se acima dela, mas também de mantê-la sob controle, garantindo um mínimo de cooperação entre os Estados. O que impulsionou a prodigiosa expansão da economia mundial capitalista nos últimos quinhentos anos, em outras palavras, não foi a concorrência entre Estados como tal, mas essa concorrência aliada a uma concentração cada vez maior do poder capitalista no sistema mundial como um todo (ARRIGHI, 1996, p.13).

Para Arrighi (1996), Veneza/Gênova, Holanda, Reino Unido e Estados Unidos, pela ordem, foram as grandes potências das sucessivas épocas durante as quais seus grupos dominantes desempenharam, ao mesmo tempo, o papel de líderes dos processos de formação do Estado e de acumulação do capital. Todas as vezes que os processos de acumulação de capital em escala mundial, tal como instituídos numa dada época, atingiram seus limites, seguiram-se longos períodos de luta interestatal, durante as quais o Estado que controlava ou passou a controlar as fontes mais abundantes de excedentes de capital tendeu também a adquirir a capacidade organizacional necessária para promover, organizar e regular uma nova fase de expansão capitalista (Figura 3), de escala e alcance maiores do que o anterior.

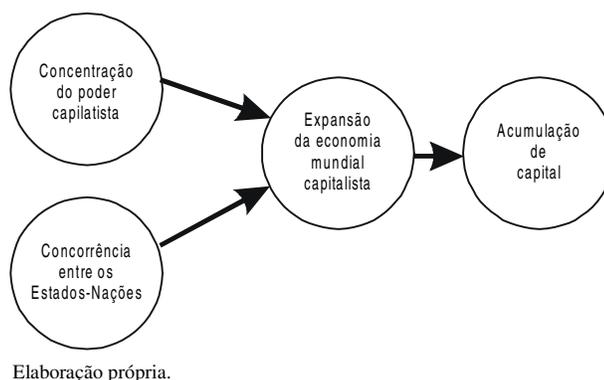


Figura 3 – A expansão da economia mundial capitalista – causas e efeitos

Arrighi (1996) defende a tese de que existiram quatro ciclos sistêmicos de acumulação de capital durante a evolução do capitalismo como sistema mundial: um ciclo genovês, do Século XV ao início do Século XVII; um ciclo holandês, do fim do Século XVI até decorrida a maior parte do Século XVIII; um ciclo britânico, da segunda metade do Século XVIII até o início do Século XX; um ciclo norte-americano, iniciado no fim do Século XIX e que prossegue na atual fase de expansão financeira (Arrighi, 1996). Ainda segundo o autor, o regime genovês durou 160 anos, o holandês 140 anos, o britânico 160 anos e o norte-americano 100 anos.

Para Wallerstein (1997) existe um moderno sistema-mundo que se originou no Século XVI, o “longo século XVI” no dizer de Braudel, isto é, de 1450 a 1640, denominado capitalismo. Capitalismo e economia-mundo são, pois, as faces de uma mesma moeda. Considera que o capitalismo foi, desde o início, um assunto da economia-mundo e não de estados-nações e que se trata de um equívoco afirmar que é somente no Século XX que o capitalismo se tornou mundial. Afirma ainda que foi apenas com a emergência da moderna economia-mundo na Europa do Século XVI que se viu o pleno desenvolvimento e a predominância econômica do comércio.

O desenvolvimento do capitalismo histórico como sistema mundial baseou-se na formação de blocos cosmopolitas-imperialistas (ou corporativos-nacionalistas) cada vez mais poderosos de organizações governamentais e empresariais, dotados da capacidade de ampliar (ou aprofundar) o raio de ação da economia mundial capitalista, seja do ponto de vista funcional, seja espacial. Para Arrighi (1996), em cada um dos ciclos de acumulação do capital a expansão comercial e da produção ocorrida no início deu lugar no final a uma especialização mais concentrada nas altas finanças, isto é, na especulação e na intermediação financeira. Essa mudança de orientação aconteceu devido à queda nas taxas de lucro na expansão comercial e na produção.

Wallerstein (1984) defende a tese de que a economia capitalista mundial que passou a existir na Europa no Século XVI é uma rede de processos de produção integrados, unificados em uma simples divisão do trabalho. Seu imperativo básico é a incessante acumulação de capital que é centralizada via acumulação-primitiva, a concentração de capital e os mecanismos de troca desiguais. Sua superestrutura política é o sistema interestatal composto por “estados”, alguns soberanos, outros coloniais. As zonas sob a jurisdição desses estados no sistema interestatal não têm sido economicamente autônomas, desde que elas têm sido sempre

integradas em uma grande divisão do trabalho da economia mundial.

Acrescenta ainda Wallerstein (1984) que o sistema econômico mundial tem se expandido historicamente em conseqüência de suas necessidades internas e tem incorporado novas zonas dentro da divisão de trabalho da economia mundial. Essas zonas que foram incorporadas tinham naturalmente muitos diferentes tipos de estruturas políticas no momento da incorporação e esses tipos de estruturas variaram do auto-suficiente império mundial com poderosa administração centralizada e longa herança histórica até as tribos de caçadores e lavradores sem Estado.

Wallerstein (1984) deixa evidenciado que quando grandes e relativamente poderosas estruturas como a do Império Russo, Império Otomano, Pérsia e China foram incorporadas, as forças externas buscaram enfraquecer os poderes dessas estruturas estatais e fazer acordos nos seus limites. Eventualmente, essas estruturas estatais recentemente incorporadas tornaram-se o que Lênin e outros denominaram de “semicolônias”. Em zonas como o Caribe, América do Norte ou Austrália, as estruturas de poder dos nativos e grande parte de sua população foram destruídas e incorporadas e novos estados coloniais foram estabelecidos freqüentemente com a ajuda de colonos europeus. Houve um grande número de zonas como no subcontinente indiano e em muitas partes do sudeste da Ásia e África onde foram estabelecidas poderosas estruturas políticas circundadas por outras mais fracas. Tipicamente, essas áreas foram invadidas e reduzidas ao *status* colonial, mas sem a intrusão de colonos europeus. Essas colônias foram governadas por uma mistura de dirigentes locais e estrangeiros.

2.2 O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO DO SÉCULO XV AO SÉCULO XX

Pode-se afirmar que a globalização é um processo que se iniciou há mais de cinco séculos, que se aprofundou ao longo do tempo com a evolução da economia-mundo capitalista e se consolidou na era atual englobando todo o sistema econômico do planeta. Ao longo do processo de globalização, em diferentes momentos históricos, as classes dominantes da Holanda, do Reino Unido e dos Estados Unidos se substituíram na liderança da economia-mundo capitalista assumindo, com o decisivo apoio de seus Estados-Nações, a hegemonia da dinâmica de acumulação do capital. Os estudos de Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi demonstram a validade dessa tese. Trata-se, portanto, de um equívoco, considerar a globalização um acontecimento recente, isto é, do Século XX, e traduzi-la como

sinônimo da hegemonia mundial dos Estados Unidos na era atual.

A existência há mais de cinco séculos de uma economia-mundo capitalista em processo de expansão ou de globalização foi um dos fatores determinantes do progresso econômico e social das economias dos países capitalistas centrais e de retrocesso ou atraso das economias periféricas ou semiperiféricas (Figura 4).



Elaboração própria.

Figura 4 – Impactos da globalização da economia mundial sobre os países capitalistas centrais, periféricos e semiperiféricos

A Figura 4 mostra ainda que o processo de globalização ampliou o poder das grandes potências capitalistas e impôs reduzida capacidade de manobra em alguns países e regiões na promoção do desenvolvimento econômico e social. Foi o processo de globalização associado a fatores endógenos às economias periféricas e semiperiféricas que moldou a evolução da economia brasileira nos cinco séculos de sua existência e condicionou, também, o desenvolvimento econômico e social de sistemas locais como o do Estado da Bahia.

O processo de globalização tem, portanto, suas raízes há muito tempo, no mínimo há cinco séculos, passando desde então por etapas diversas. Antes de ter início a primeira fase da globalização, os continentes encontravam-se separados por intransponíveis extensões acidentadas de terra e de águas, de oceanos e mares, que faziam com que a maioria dos povos e das culturas soubesse da existência uma das outras apenas por meio de lendas e imaginários relatos de viajantes como Marco Polo. Cada povo vivia isolado dos demais, cada cultura era auto-suficiente; nascia, vivia e morria no mesmo lugar, sem tomar conhecimento da existência dos outros.

Braudel (1982) chamou esse processo de longo prazo de globalização de “o plano mais alto da economia” que, no Século XVI, “transpôs as fronteiras políticas e culturais que,

cada uma a sua maneira, separavam e diferenciavam o mundo mediterrâneo”. Naqueles tempos, globalização significava principalmente comércio de longa distância, devagar pelos padrões atuais, de metais preciosos, cereais e bens de consumo caros, bem como um sistema internacional de pagamentos em evolução, baseado em letras de câmbio entre banqueiros e comerciantes em pontos distantes do sistema. Braudel define a economia mundial como

uma soma de áreas individualizadas, econômicas e não-econômicas, [estendendo-se] para além das fronteiras de outras grandes divisões históricas... A economia mundial é a maior superfície vibradora possível, que não somente aceita a conjuntura, mas, em certa profundidade ou nível, a cria. É a economia mundial em todos os eventos que cria a uniformidade de preços numa área imensa, como um sistema arterial distribui sangue por todo um organismo vivo. É uma estrutura em si mesma. (apud. RICUPERO e GALL, 1977)

Para Braudel (1982), pode-se afirmar que até o Século XV existiam cinco economias-mundo espalhadas pela Terra e que viviam separadas entre si: 1) Europa; 2) China e regiões tributárias; 3) Índia; 4) África árabe; 5) civilizações pré-colombianas da América. A expansão geográfica da economia-mundo européia significou, com o passar do tempo, a eliminação de outros sistemas mundiais, bem como a absorção de outros sistemas menores. A economia-mundo Europa era composta pelas cidades italianas de Gênova, Veneza, Milão e Florença, que mantinham laços comerciais e financeiros com o Mediterrâneo e o Levante, onde possuíam importantes feitorias e bairros comerciais. Bem mais ao norte, na França setentrional, encontrava-se outra área comercial significativa na região de Flandres, formada pelas cidades de Lille, Bruges e Antuérpia, vocacionadas para os negócios com o Mar do Norte.

No Mar Báltico encontrava-se a Liga de Hansa, uma cooperativa de mais de 200 cidades mercantes lideradas por Lübeck e Hamburgo, que mantinham um eixo comercial que ia de Novgorod, na Rússia, até Londres na Inglaterra. No sudeste europeu, na mesma época, agonizava o comércio bizantino (que atuava no mar Egeu e no mar Negro), pressionado pela expansão dos turcos que terminaram por ocupar Bizâncio em 1453, enquanto a Rússia via-se limitada pelos Canatos Mongóis que ocupavam boa parte do leste do país.

Outra economia-mundo era formada pela China e regiões tributárias como a península coreana, a Indochina e a Malásia, e que só se ligava com a Ásia Central e o Ocidente através da rota da seda. O seu maior dinamismo econômico encontrava-se nas cidades do sul como Cantão e do leste como Xangai, grandes portos que faziam a função de vasos comunicantes

com os arquipélagos do Mar da China.

A Índia, por sua vez, graças a sua posição geográfica, traficava num raio econômico mais amplo. No noroeste, pelo Oceano Índico e pelo Mar Vermelho, estabelecia relações com mercadores árabes que tinham feitorias em Bombaim e outros portos da Índia ocidental, enquanto comerciantes malaios eram acolhidos do outro lado, em Calcutá. Seu imenso mercado de especiarias e tecidos finos era afamado, mas só pouca coisa chegava ao Ocidente graças ao comércio com o Levante. Foi a celebração das suas riquezas que mais atraiu a cobiça dos aventureiros europeus como o português Vasco da Gama.

A África, dividida pelo deserto do Saara numa África árabe ao Norte, que ocupa uma faixa de terra a beira do Mediterrâneo e o Vale do rio Nilo, com relações comerciais mais ou menos intensas com os portos europeus e, ao Sul, numa outra África, a África negra, isolada do mundo pelo deserto e pela floresta tropical, formava um outro planeta econômico totalmente a parte, voltado para si mesmo.

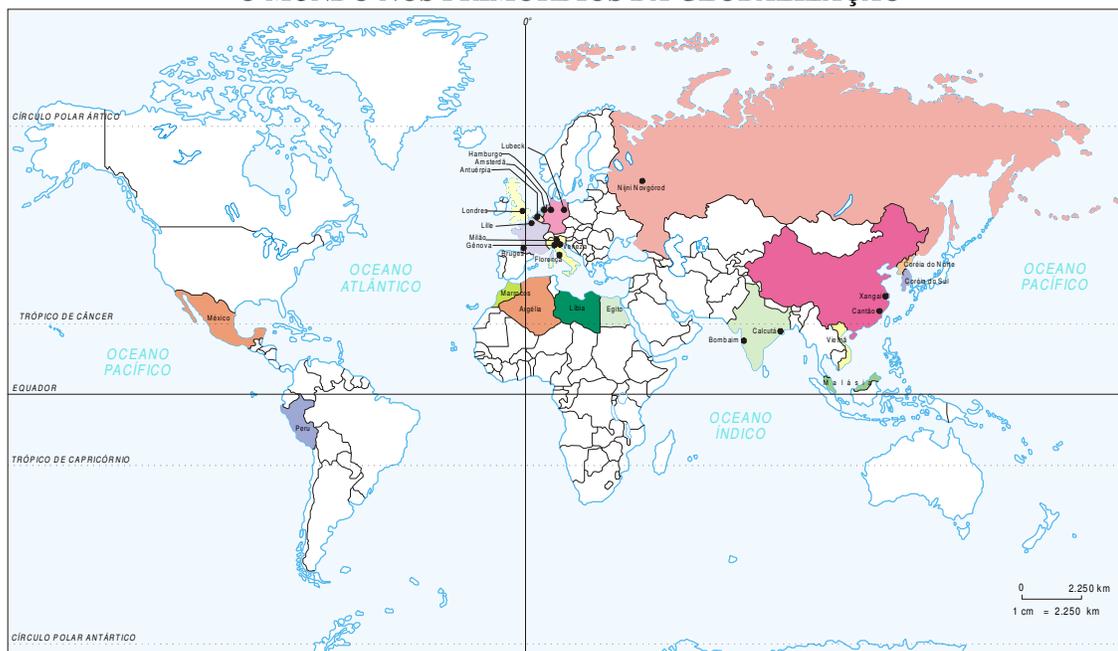
Por último, mas desconhecida das demais, encontrava-se a economia-mundo formada pelas civilizações pré-colombianas da América, a Azteca no México, a dos Maias no Yucatan e no istmo e a Inca no Peru, organizadas ao redor do cultivo do milho e na elaboração de tecidos, auto-suficientes e sem interligações entre si, nem terrestres nem oceânicas.

Antes do Século XV, as economias-mundo desconheciam-se e nem imaginavam que algum dia poderiam estabelecer entre si relações significativas. Se é certo que em suas bordas havia escambo ou comércio, eles eram insignificantes. Portanto, numa longa perspectiva, pode-se dizer que a internacionalização do comércio e a aproximação das culturas são um fenômeno recentíssimo, datando dos últimos cinco séculos, apenas 10% do tempo da história até agora conhecida.

O processo de globalização se inicia com a expansão da economia-mundo Europa no sentido de estabelecer relações mercantis com as demais economias-mundo (Mapa 1; Figura 5), podendo-se afirmar que ele se desenvolveu em quatro períodos (Quadro 1). De fato, o processo de globalização nunca se interrompeu. Se ocorreram momentos de menor intensidade, de contração, como se verificou no período 1950–1989, cuja expansão foi limitada pela Guerra Fria e pelos movimentos de descolonização e de libertação nacional em

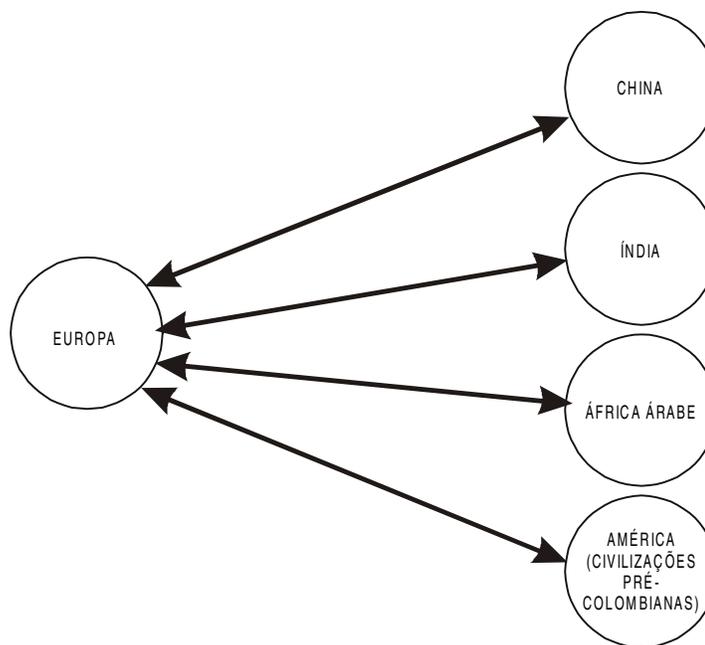
diversos países, quando o planeta estava dividido em dois blocos, o capitalista sob a liderança dos Estados Unidos e o socialista sob a liderança da ex-União Soviética, o processo de globalização nunca chegou a cessar totalmente.

MAPA 1
O MUNDO NOS PRIMÓDIOS DA GLOBALIZAÇÃO



Base: Atlas, 2002.

Adaptação do autor



Elaboração própria.

Figura 5 – Intercâmbio comercial entre as economias-mundo nos primórdios da globalização

Quadro 1 – Períodos da Globalização

Período	Fases	Característica
1450-1850	Primeira	Expansionismo mercantilista
1850-1950	Segunda	Industrial-imperialista-colonialista
1950-1989	Terceira	Descolonização- Guerra Fria - Reestruturação produtiva
Pós-1989	Globalização recente	Declínio do Estado-Nação-Reestruturação do sistema interestatal

Elaboração própria., 2003.

2.2.1 Primeira fase da globalização: Expansionismo mercantilista (1450–1850)

A primeira globalização, resultado da procura de uma rota marítima para as Índias, assegurou o estabelecimento das primeiras feitorias comerciais europeias na Índia, China e Japão, e, principalmente, abriu aos conquistadores europeus as terras do Novo Mundo, o que Adam Smith, em sua visão eurocêntrica, considerou os maiores feitos em toda a história da humanidade. Enquanto as especiarias eram embarcadas para os portos de Lisboa e de Sevilha, de Roterdã e Londres, milhares de imigrantes ibéricos, ingleses e holandeses, e, um bem menor número de franceses, atravessaram o Atlântico para vir ocupar a América.

Pode-se afirmar que a economia capitalista mundial deu seus primeiros passos com as atividades de comércio, de banco e de finanças que desabrocharam nas repúblicas italianas nos séculos XIII e XIV.

Na segunda metade do século XV, com os progressos da metalurgia, com o emprego da hulha branca, com a utilização de carrinhos nas minas, uma nítida progressão na produção dos metais é que começam a ser fabricados e utilizados os primeiros canhões e outras armas de fogo. Além disso, o melhoramento da construção das caravelas e das técnicas de navegação permite a abertura de novas rotas marítimas. (BEAUD, 1987, p. 19)

Capitais, mercadorias mais abundantes, navios e armas foram os meios utilizados no desenvolvimento do comércio, das descobertas, das conquistas. Contando com o apoio financeiro decisivo da cidade-estado de Gênova, Portugal e Espanha empreenderam expedições que levaram às grandes descobertas: do cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias em 1487, da América por Cristóvão Colombo em 1492, do caminho da Índia contornando a África por Vasco da Gama em 1498 e do Brasil por Pedro Álvares Cabral em 1500.

Na América, formaram colônias de exploração, no sul da América do Norte, no Caribe e no Brasil, baseadas geralmente num só produto (açúcar, tabaco, café, minério, etc.) utilizando-se de mão-de-obra escrava vinda da África ou mesmo indígena; ou colônias de povoamento, estabelecidas majoritariamente na América do Norte, baseadas na média propriedade de exploração familiar. Para atender às primeiras colônias de exploração, o brutal tráfico negreiro tornou-se rotina, fazendo com que 11 milhões de africanos (40% deles destinados ao Brasil) fossem transportados pelo Atlântico para labutar nas lavouras e nas minas.

Sobre a escravidão, é oportuno ressaltar que, apesar dessa forma de exploração do homem pelo homem ter sido abolida após a Idade Antiga e ter sido substituída pela servidão, que perdurou na Europa até o início do Século XIX e na África e na Ásia por mais tempo, ela foi restaurada pelo capitalismo como forma de assegurar sua lucratividade. Na atualidade, a escravidão é mantida em regiões periféricas do sistema capitalista, sobretudo em alguns países árabes. A presença de formas antigas de exploração do homem pelo homem, como a escravidão ou a servidão, não significa necessariamente que o capitalismo, como sistema, não esteja presente. Wallerstein (1997) demonstra que é perfeitamente possível a coexistência do modo de produção capitalista com formas atrasadas de exploração do homem pelo homem, como ocorreu, por exemplo, no Brasil na época colonial.

Cabe destacar que o sucesso da colônia de povoamento iniciada nos Estados Unidos no Século XVII se deveu fundamentalmente ao fato de a Inglaterra contar com um excedente de mão-de-obra barata, fato que não ocorreu com a Espanha e Portugal quando iniciaram a ocupação da América. O início da colonização de povoamento abre uma nova etapa na história americana destoando, portanto, da colônia de exploração posta em prática até então. Ao contrário das colônias de exploração existentes, em que parte substancial dos gastos estava concentrada numa reduzida classe de proprietários e se satisfaziam com importações, nas colônias do norte dos Estados Unidos, os gastos de consumo se distribuíam pelo conjunto da população.

Igualmente não se deve omitir que a colonização das Américas promoveu uma espantosa expropriação das terras indígenas e o sufocamento ou destruição da sua cultura. Em quase toda a América, ocorreu uma catástrofe demográfica, também no Brasil, devido aos maus

tratos que a população nativa sofreu e as doenças e epidemias que a devastaram, devido ao contato com os colonizadores europeus.

Nessa primeira fase do processo de globalização, estruturou-se um sólido comércio triangular (Mapa 2) entre a Europa (fornecedora de manufaturas) a África (que vendeu seus escravos) e a América (que exportou produtos coloniais). A imensa expansão desse mercado favoreceu os artesãos e os industriais emergentes da Europa que passaram a contar com consumidores num raio bem mais vasto do que aquele abrigado nas suas cidades, enquanto a importação de produtos coloniais fez ampliar as relações intereuropeias. Exemplo disso ocorreu com o açúcar, cuja produção foi confiada aos senhores de engenho brasileiros, mas transportado pelos portugueses para os portos holandeses, onde se encarregavam do seu refino e da sua distribuição.

MAPA 2
ROTAS COMERCIAIS E PRINCIPAIS PORTOS



Os principais portos europeus, americanos e africanos dessa primeira globalização encontravam-se em Lisboa, Sevilha, Cádiz, Londres, Liverpool, Bristol, Roterdã, Amsterdã,

Le Havre, Salvador, Rio de Janeiro, Lima, Buenos Aires, Vera Cruz, Porto Belo, Havana, São Domingos, Lagos, Benin, Guiné, Luanda e Cidade do Cabo

Politicamente, a primeira fase da globalização se fez quase toda ela sob a égide das monarquias absolutistas que concentravam enorme poder e mobilizavam os recursos econômicos, militares e burocráticos, para manterem e expandirem seus impérios coloniais. Os principais desafios que enfrentavam advinham das rivalidades entre elas, seja pelas disputas dinásticas-territoriais ou pela posse de novas colônias no além mar, sem que se deva esquecer do enorme estrago que os corsários e piratas faziam, especialmente nos séculos XVI e XVII, contra os navios carregados de ouro e prata e produtos coloniais.

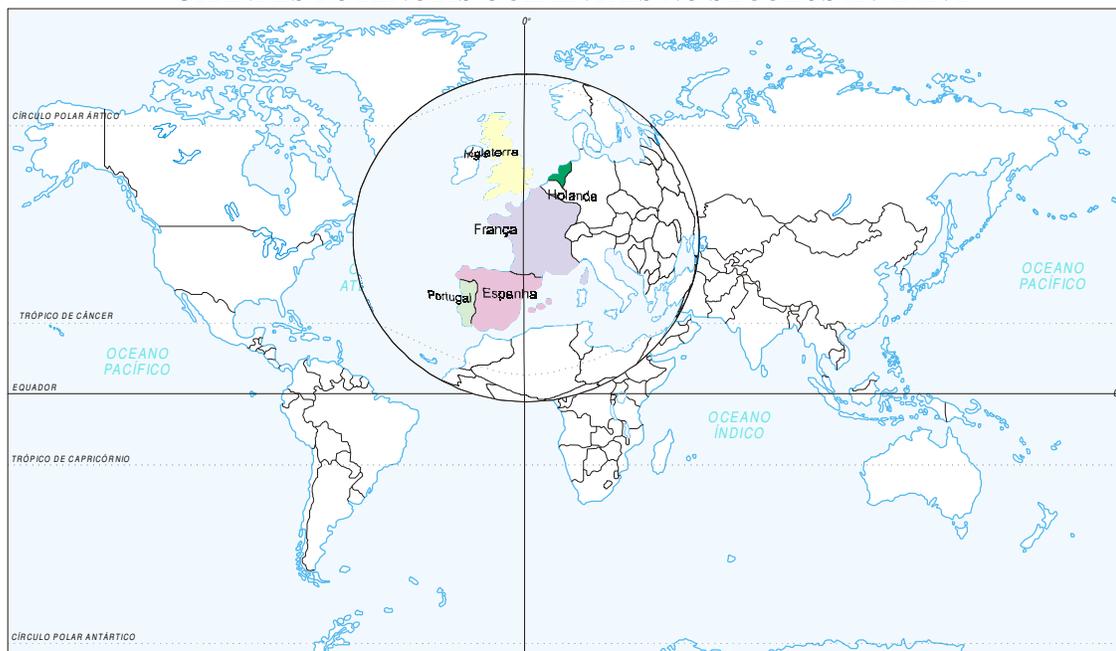
A doutrina econômica dessa primeira fase foi o mercantilismo, adotado pela maioria das monarquias européias para estimular o desenvolvimento da economia dos reinos. O mercantilismo se baseava numa complexa legislação que recorria a medidas protecionistas, incentivos fiscais e doação de monopólios, para promover a prosperidade geral. A produção e distribuição do comércio internacional eram realizadas por mercadores privados e por grandes companhias comerciais (as Companhias Inglesas e Holandesas das Índias Orientais e Ocidentais) e, em geral, eram controladas localmente por corporações de ofício.

Todo o universo econômico destinava-se a um só fim — entesourar, acumular riqueza. O poder de um reino era aferido pela quantidade de metal precioso (ouro, prata e jóias preciosas) existente nos cofres reais. Para assegurar seu aumento, o estado exercia um sério controle das importações e do comércio com as colônias, sobre as quais exercia o “bligopólio bilateral” — expressão que indica a situação de subordinação em que as colônias se encontravam perante as metrópoles.

Além de estarem impedidas de negociar com outros países, as colônias eram obrigadas a adquirir suas necessidades apenas com negociantes e mercadores metropolitanos, bem como somente a eles vender o que produziam. Dessa forma, a metrópole ganhava ao vender e ao comprar. Essa política levou cada reino europeu a se transformar num império comercial, tendo colônias e feitorias espalhadas pelo mundo todo, a exemplo do inglês, espanhol, português, holandês e francês, os principais.

O Mapa 3 mostra as grandes potências ocidentais existentes nos séculos XV e XVI, o 4, as do Século XVII.

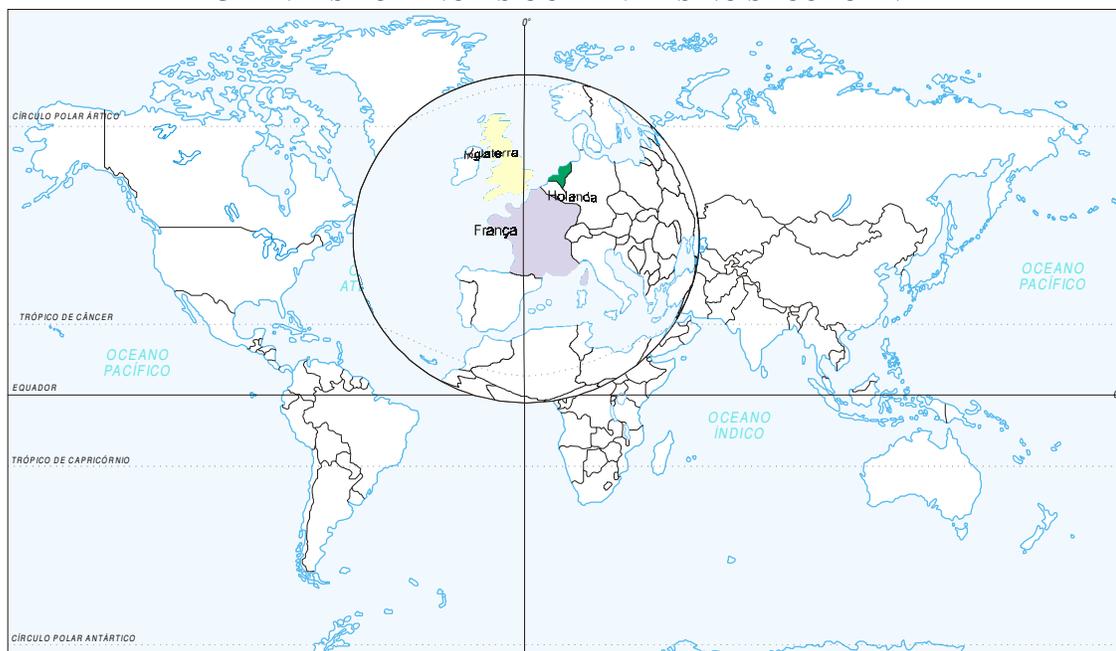
MAPA 3
GRANDES POTÊNCIAS OCIDENTAIS NO SÉCULOS XV E XVI



Base: Atlas, 2002.

Adaptação do autor

MAPA 4
GRANDES POTÊNCIAS OCIDENTAIS NO SÉCULO XVII



Base: Atlas, 2002.

Adaptação do autor

2.2.2 Segunda fase da globalização: Industrial-imperialista-colonialista (1850–1950)

Os principais acontecimentos que marcaram a transição da primeira fase da globalização para a segunda deram-se nos campos da técnica e da política. A partir do Século XVIII, a Inglaterra industrializou-se aceleradamente e, depois dela, a França, a Bélgica, a Alemanha e a Itália. A máquina a vapor foi introduzida nos transportes terrestres (estradas-de-ferro) e marítimos (barcos a vapor) Conseqüentemente essa nova época foi regida pelos interesses da indústria e das finanças, sua associada e, por vezes amplamente dominante, e não mais das motivações dinásticas-mercantis. Foi a grande burguesia industrial e bancária, e não mais os administradores das corporações mercantis e os funcionários reais, quem liderou o processo de expansão do capitalismo.

O Século XVIII foi também o século do fortalecimento do capitalismo inglês; o capitalismo se enfraqueceu na Holanda, vegetou numa França largamente rural, dominada pela corte e pelos salões, mal emergiu nos países em que, como na Prússia, “os déspotas esclarecidos” adotaram as velhas receitas mercantilistas. Capitalismo ainda amplamente colonial mercantil e manufatureiro, mas já capaz de se adaptar à nova situação que a independência das colônias americanas ocasionara, e de criar, com a nova onda de *enclosures* e com a proletarização das massas rurais, com o movimento cumulativo de acumulação, com os progressos técnicos, as condições da grande revolução industrial do Século XIX.

Nesse período, intensificou-se a pilhagem da América Latina que tem um papel fundamental na acumulação das riquezas pela burguesia européia, além de possibilitar o aumento das compras no resto do mundo, especialmente na Ásia; acentuaram-se as rivalidades entre as grandes potências, especialmente com as guerras entre a França e a Inglaterra; aconteceu a guerra de independência dos Estados Unidos em 4 de julho de 1776 e eclodiu a revolução francesa em 14 de julho de 1789.

Iniciada na Inglaterra, no ano de 1780, também chamada “era do carvão e do ferro” a “Revolução” Industrial foi assim denominada por ter sido responsável por profundas e radicais tranformações. Embora tenha causado mudanças não só na indústria, mas também na agricultura, pecuária, comércio, etc., as mais profundas se deram nos meios de produção. Foi introduzida a prática mecânica, com máquinas a vapor e a carvão, o trabalho assalariado, e a sociedade deixou de ser rural para ser urbana (Quadro 2).

Quadro 2 – Características da 1ª Revolução Industrial

BASE DE <i>HARDWARE</i> (MATERIAL)	Máquina de fiar, tear mecânico, máquina a vapor, ferrovia, descaroçador de algodão
BASE DE <i>SOFTWARE</i> (ORGANIZACIONAL)	Produção fabril, trabalho assalariado
TRABALHO	Semi-artesanal, qualificado, "poroso", pesado, insalubre
VOLUME DE INVESTIMENTOS	Baixo
RELAÇÃO INTEREMPRESAS	Livre concorrência
ESCALA	Local, nacional, internacional
DOCTRINA	Liberalismo (Adam Smith, David Ricardo)
PRODUTIVIDADE	Grande elevação
PRODUÇÃO	Desencadeou ciclo de crescimento
CONSUMO	Grande expansão
EMPREGO	Forte expansão principalmente na indústria
REAÇÃO DOS TRABALHADORES	Perplexidade, quebra de máquinas, cooperativismo, primeiros sindicatos

Fonte: CEFET– SP, 2000.

A Figura 6 mostra que o processo de acumulação do capital na Inglaterra e o progresso técnico foram os grandes responsáveis pelo advento da Revolução Industrial. Explica, em grande medida, porque países periféricos ou semiperiféricos aos países capitalistas centrais, como o Brasil, não reuniram as condições para viabilizar o processo de industrialização nas suas diversas regiões, como a Bahia, por exemplo, nos mesmos termos que os integrantes do núcleo de países capitalistas desenvolvidos. Diferentemente dos países capitalistas desenvolvidos que acumularam grande volume de capital no período mercantilista, os países periféricos ou semiperiféricos não passaram por esse estágio. Por sua vez, o progresso técnico não avançou nesses países porque, quando possuíam o *status* de colônia tornavam-se dependentes de tecnologia oriunda da metrópole e, mais tarde, quando se tornaram formalmente independentes, não dispunham de capitais e não reuniam condições estruturais para promover o desenvolvimento científico e tecnológico.

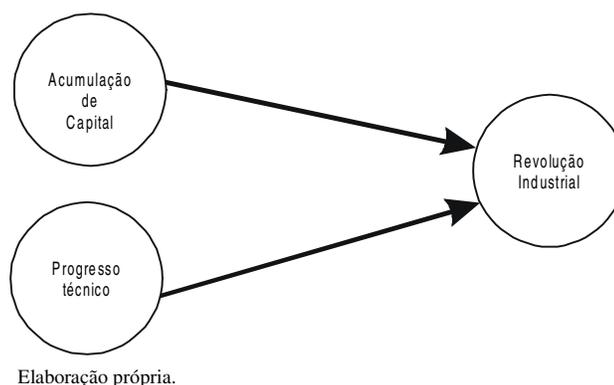


Figura 6 – As fontes geradoras da Revolução Industrial no Século XIX

No início do Século XIX, o desenvolvimento capitalista da indústria, iniciado na Inglaterra estava longe de ser dominante. No seu decorrer, principalmente através da instalação de indústria mecanizada é que se opera a extensão do modo de produção capitalista. Multiplicaram-se as fábricas, que nasceram na Inglaterra no fim do Século XVIII, também na Bélgica, na França, na Suíça, na Alemanha, nos Estados Unidos, cujo desenvolvimento foi marcante, particularmente nos setores motores da época, o têxtil e a metalurgia. Antigos manufatureiros ou negociantes, filhos de artesãos e contramestres, tornam-se fabricantes e fazem trabalhar, com a preocupação de dela tirar o máximo, uma mão-de-obra deixada disponível pela transformação dos campos ou pela imigração.

Essa mão-de-obra disponível pela transformação do campo e pela imigração foi explorada ao extremo pelos detentores das fábricas nascentes. O uso de novas tecnologias, como a máquina a vapor, no final do Século XVIII e começo do Século XIX, ao invés de se transformar em instrumento de elevação do bem-estar social, representou, ao contrário, em seu alçoz. A exploração do homem pelo homem aumentou ainda mais. Tanto no passado quanto na era contemporânea, a modernização do sistema capitalista vem, de um lado, gerando uma riqueza extremamente polarizada e, de outro, incrementando grupos de exclusão social. O que ocorreu na Inglaterra se reproduziu, também, no Brasil em geral e no Estado da Bahia, em particular. A literatura da Revolução Industrial britânica e a história econômica do Brasil e do Estado da Bahia na segunda metade do Século XX estão repletas de exemplos caracterizadores dessa situação.

No início do Século XIX, foram desenvolvidas duas concepções para a construção de um mundo vindouro que garantisse a felicidade de todos: de um lado, a liberal, que defende a propriedade privada dos meios de produção, a livre iniciativa, o livre jogo do mercado e a limitação ao máximo da ação do Estado e, de outro, a socialista, fundada na organização da sociedade que alcança, mais tarde, com os estudos realizados por Marx sua versão científica ao estabelecer, com base na análise histórica e econômica do capitalismo, que o comunismo deve lhe suceder “necessariamente” (Figura 7). As lutas populares e operárias, a formação e o amadurecimento das classes operárias enraizarão e concretizarão o projeto socialista de sociedade.

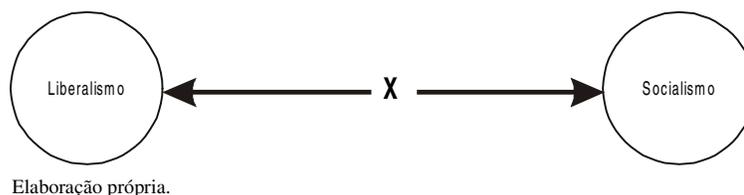


Figura 7 – Conflito ideológico no Século XIX

O capitalismo do Século XIX estabeleceu um brutal confronto entre a riqueza dos detentores dos meios de produção, a burguesia e a miséria operária. O desenvolvimento do capitalismo industrial proporcionou, também, a emergência de conflitos entre a burguesia e o proletariado, o crescimento do movimento operário e o amadurecimento do pensamento socialista (Figura 8) com a contribuição de Blanqui, Engels e, principalmente, Marx com sua monumental obra *O Capital*, dentre outros. As duas grandes contribuições que se deve atribuir a Marx são a concepção materialista da história e a revelação do mistério da produção capitalista através da mais-valia.

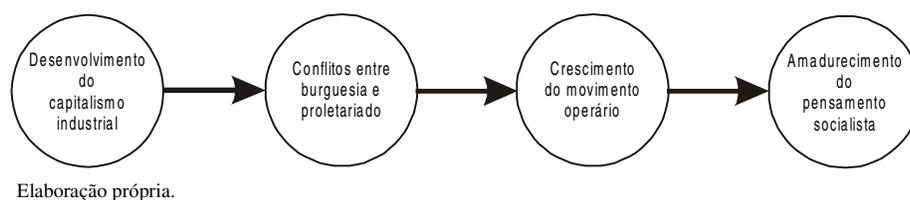


Figura 8 – O processo de amadurecimento do pensamento socialista no Século XIX

A interpenetração dos bancos com a indústria (Figura 9), com tendências ao monopólio ou ao oligopólio, fez com que o economista austríaco Hilferding (1985) a denominasse de **o capital financeiro**, título da sua obra (*Das Finanz Kapital*, publicada em 1910), considerando-a um fenômeno novo da economia-política moderna. Lênin definiu-a como a etapa final do capitalismo, a etapa do imperialismo.

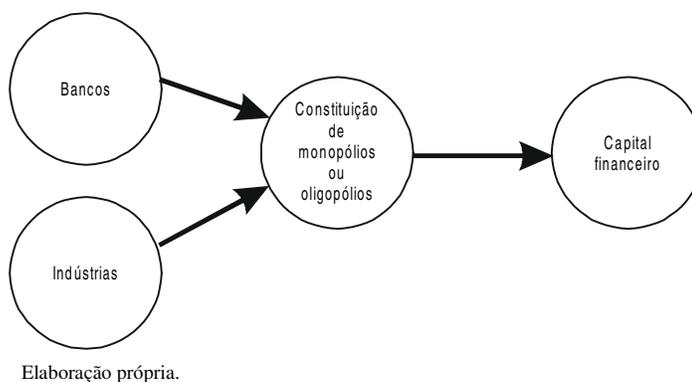


Figura 9 – A formação do capital financeiro

O capital financeiro luta pela ampliação dos mercados e pela obtenção de novas e diversas fontes de matérias primas. A doutrina econômica em que se baseia é a do capitalismo *laissez-faire*, um liberalismo radical inspirado nos fisiocratas franceses e apoiado pelos economistas ingleses Adam Smith e David Ricardo que advogavam a superação do Mercantilismo com suas políticas arcaicas. Defendem o livre-cambismo nas relações externas, mas em defesa das

suas indústrias internas continuam em geral protecionistas, como é o caso da política Hamiltoniana nos Estados Unidos, da Alemanha Imperial e do Japão.

Os países industrializados defendem o livre-cambismo (o preço melhor vence) quando se sentem fortes, como foi o caso da Inglaterra nos séculos XVIII e XIX e hoje é a posição dominante dos Estados Unidos. Mas para aqueles que precisam criar sua própria indústria ou proteger a que está ainda se afirmando, têm de recorrer à política protecionista com suas elevadas barreiras alfandegárias, para evitar sua quebra. Esse momento irá se caracterizar também pela ocupação territorial de certas partes da África e da Ásia, além de estimular o povoamento das terras semidesocupadas da Austrália e da Nova Zelândia.

A escravidão que havia sido o grande esteio da primeira globalização, tornou-se um impedimento ao progresso do consumo e, somada à crescente indignação que ela provocou, termina por ser abolida, primeiro em 1789 e definitivamente em 1848. No Brasil ainda sobreviveu até 1888. Segundo Wallerstein (1997), o tráfico internacional de escravos acabou devido à revolução industrial de 1760–1830 e o definitivo estabelecimento da hegemonia mundial do Império Britânico após 1815. A necessidade de mão-de-obra agrícola da África Ocidental sob domínio britânico e de cessação do suprimento de escravos aos competidores europeus levaram o Reino Unido a promover a abolição do tráfico de escravos em sua área de influência.

No campo da política, a revolução americana de 1776 e a francesa de 1789, irão liberar enorme energia fazendo com que a busca da realização pessoal termine por promover uma grande ascensão social das massas. Logo depois, como resultado das Guerras Napoleônicas e da generalizada abolição da servidão e outros impedimentos feudais, milhões de europeus (calcula-se em 60 milhões num século) abandonaram seus lares nacionais e emigraram em massa para os Estados Unidos, Canadá, e para a América do Sul (Brasil, Argentina, Chile e Uruguai). A emigração massiva da Europa do Século XIX teve um papel importante no processo de desenvolvimento do Brasil e, sobretudo, dos Estados Unidos que se constituíram mais tarde no centro hegemônico da economia mundial.

A posse de novas colônias tornou-se um ornamento na política das potências (só a Grã-Bretanha possui mais de 50, ocupando inclusive áreas antieconômicas). O cobiçado mercado chinês finalmente é aberto pelo Tratado de Nanquim de 1842 e o Japão também é forçado a abandonar a política de isolamento da época Tokugawa ao assinar um tratado com os americanos em 1853–4.

No período 1870–1880, o capitalismo ainda não revolucionou senão em parte a Grã-Bretanha, e só se afirmou nitidamente em zonas bem delimitadas da Europa Continental e da América do Norte. Em um século ele vai estender-se, concentrar-se, impor-se com um vigor inacreditável: através da ascensão de novas técnicas e de novas indústrias, com base em reagrupamentos sempre mais amplos e poderosos de capitais e do alargamento de seu campo de ação ao mundo inteiro; com o declínio dos primeiros imperialismos e a ascensão de novos; com a afirmação e o reconhecimento do movimento operário e com a introdução de novos meios de dominação sobre os trabalhadores.

A partir de 1860, na Inglaterra, surgiram novas transformações na indústria. Essa fase foi chamada de Segunda Revolução Industrial e ficou conhecida como a “era do aço e da eletricidade”. Entre as invenções surgidas nessa época, estão o processo de Bessemer de transformação do ferro em aço, que permitiu a produção do aço em larga escala, o dínamo, que permitiu a substituição do vapor pela eletricidade e o motor de combustão interna, que permitiu a utilização do petróleo em larga escala, criando condições para a invenção do automóvel e do avião. As invenções da Segunda Revolução Industrial foram os principais recursos tecnológicos usados por Henry Ford para desenvolver o sistema de exploração do trabalho e de obtenção do capital conhecido como fordismo.

Baseado nos avanços tecnológicos da Segunda Revolução Industrial e no meio de gestão de trabalho chamado taylorismo (Figura 10), o fordismo foi o processo de obtenção e acumulação do capital vigente no mundo até a década de 1970. A idéia básica do fordismo, a da linha de montagem, surgiu quando Henry Ford visitava um frigorífico de frangos, onde eles eram dispostos em uma esteira, mortos e depenados. Ford então adaptou a idéia da esteira a uma linha de montagens de automóveis, que nascia naquela época. Surgiu então, a produção estandardizada (padronizada).

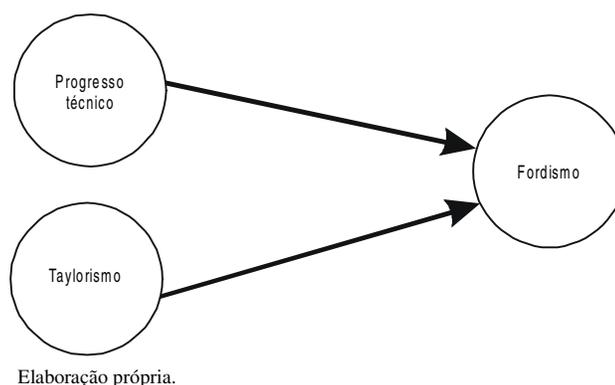


Figura 10 – Bases do fordismo

O taylorismo surgiu no começo do Século XX, criado por Frederick W. Taylor e era uma forma de gestão empresarial, não uma nova forma de produção. Seu objetivo era tornar o trabalhador mais produtivo, sem com isso exaurir suas capacidades físicas e mentais. A intenção de Taylor era fazer do trabalhador uma parte da empresa, incorporá-lo à máquina. Seus princípios básicos eram a divisão do trabalho, a padronização das tarefas, a separação entre planejamento e execução, a criação de um trabalhador facilmente treinável e substituível. Um dos subprodutos do taylorismo é a alienação do trabalho em que o trabalhador perde o sentido de totalidade do que está fazendo. O trabalhador perde o saber do trabalho, que é deixado apenas para a chefia ou para as máquinas. O trabalhador passa a ser comandado pela máquina.

Foi em 1913 nos Estados Unidos, tendo como carro-chefe a indústria automobilística, que a Segunda Revolução Industrial se consolidou (Quadro 3).

Quadro 3 – Características da 2ª Revolução Industrial

BASE DE <i>HARDWARE</i> (MATERIAL)	Eletricidade, aço, eletromecânica, motor a explosão, petróleo, petroquímica
BASE DE <i>SOFTWARE</i> (ORGANIZACIONAL)	Produção em série, linha de montagem, rigidez, especialização, separação gerência-execução
TRABALHO	Especializado, fragmentado, não-qualificado, intenso, rotineiro, insalubre, hierarquizado
VOLUME DE INVESTIMENTOS	Alto
RELAÇÃO INTEREMPRESAS	Monopólio, forte verticalização
ESCALA	Nacional, internacional
DOCTRINA	Liberalismo até 1930; Keynesianismo pós-1930
PRODUTIVIDADE	Grande elevação
PRODUÇÃO	Desencadeou ciclo de crescimento
CONSUMO	Grande expansão
EMPREGO	Forte expansão principalmente na grande indústria
REAÇÃO DOS TRABALHADORES	Perplexidade, reforço dos sindicatos, conquistas sociais (salários, previdência, jornada de trabalho, contrato coletivo)

Fonte: CEFET-SP, 2000.

No período 1873-1895, desenvolveram-se extraordinariamente progressos científicos e tecnológicos que abriram novos caminhos para a atividade econômica. Iniciou-se, também, uma mutação fundamental do capitalismo com a concentração e centralização do capital industrial, formação de trustes e de monopólios nacionais e a mundialização dos capitalisms dominantes, através do comércio e da exportação de capitais, da formação de empresas multinacionais, da colonização que levou à partilha do mundo, acompanhados por rivalidades, choques e guerras. Como diz Hilferding, “os setores, antigamente distintos, do capital

industrial, comercial e bancário, estão, de hoje em diante, sob o controle da alta finança, na qual os magnatas da indústria e dos bancos estão estreitamente associados” (apud BEAUD, 1987, p.226). É inaugurada a era do imperialismo, segundo Lênin.

A Figura 11 mostra as etapas em que ocorreu a mundialização do capital desde os primórdios com as atividades de exportação/ importação até a especulação financeira contemporânea.

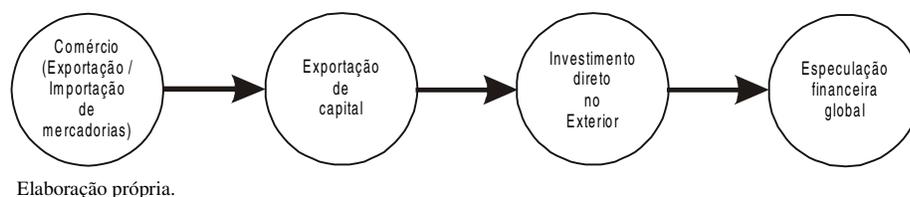


Figura 11 – Etapas de mundialização do capital

Segundo Beaud (1987), a grande depressão que se iniciou com a crise de 1873 e que se estendeu até 1895 abriu o que se poderia chamar de segunda idade do capitalismo: a idade do imperialismo, especialmente com o desenvolvimento de uma segunda geração de técnicas industriais e de indústrias, a afirmação do movimento operário que, nos países industrializados, arrancou apreciáveis concessões, a concentração do capital e o surgimento do capital financeiro e uma nova onda de colonização e de expansão em escala mundial, desembocando na partilha do mundo e na Grande Guerra (Figura 12).

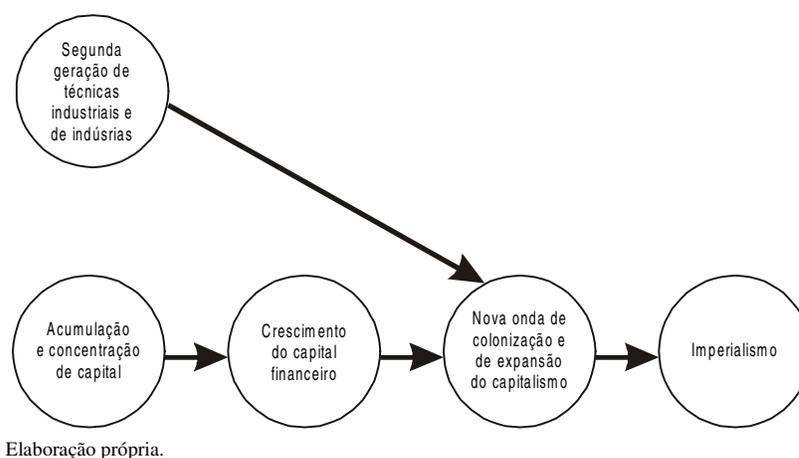


Figura 12 – Segunda idade do capitalismo – o imperialismo

Da “Grande Depressão” de 1873 a 1895 às vésperas da Grande Guerra iniciada em 1914, os capitalismo britânico e francês foram alcançados e depois superados pelos novos capitalismo alemão e norte-americano. Durante esse período, acirrou-se a concorrência entre os capitalistas, especialmente nos setores de primeira industrialização; endureceu-se a

rivalidade dos grandes capitalismos nacionais; as classes operárias se organizaram e obrigaram o capital a apreciáveis concessões; ampliaram-se as crises; algumas pessoas viram próxima a morte do capitalismo.

A organização da classe operária e seu fortalecimento contribuíram decisivamente para arrancar das classes dominantes inúmeras concessões no início do Século XX (Figura 13). Essa é a condição sem a qual os trabalhadores não conseguirão reduzir a exploração do trabalho pelo capital. A história da humanidade no Século XX demonstra que apenas com o fortalecimento das organizações sindicais e da sociedade civil em geral e dos partidos políticos progressistas é possível arrancar concessões das classes dominantes.

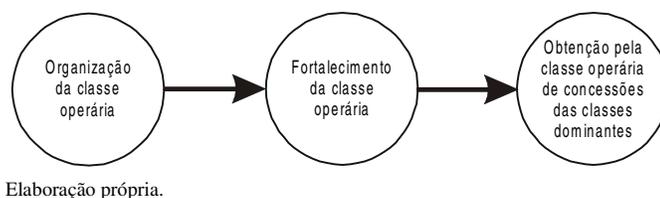
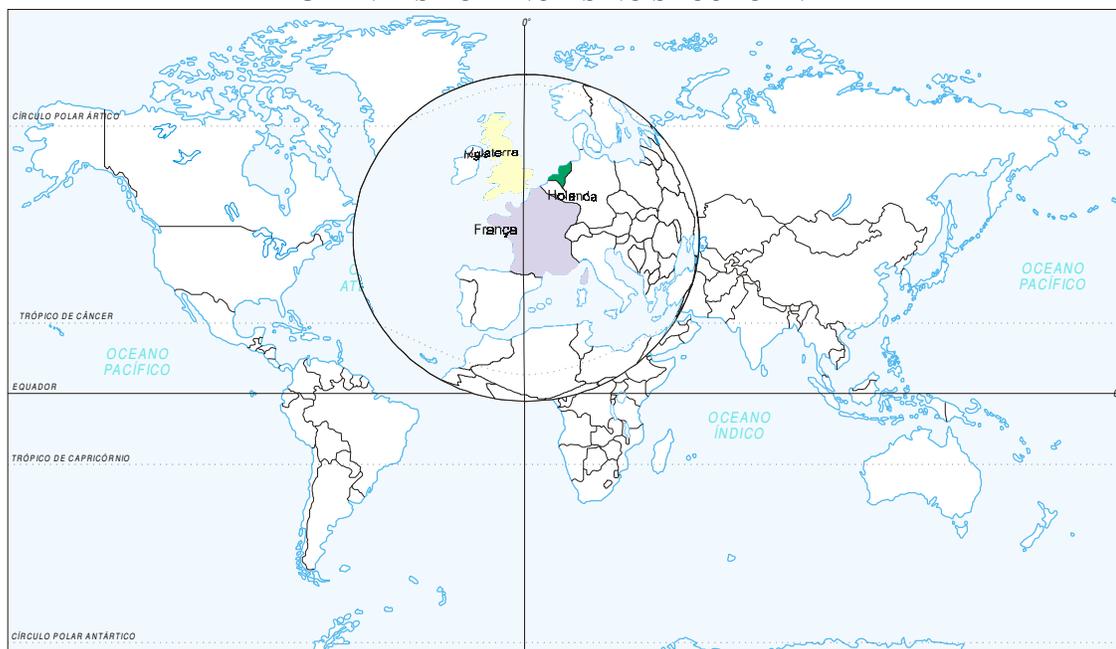


Figura 13 – A obtenção pela classe operária de concessões das classes dominantes

O Mapa 5 mostra as principais potências ocidentais no Século XVIII e o 6, as grandes potências mundiais no final do Século XIX.

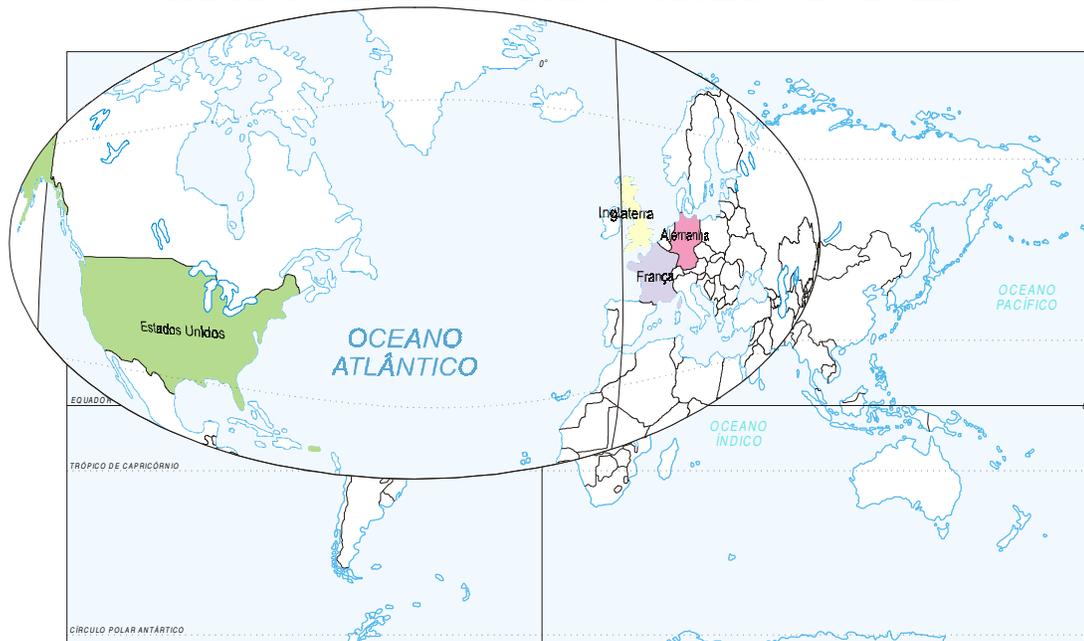
**MAPA 5
GRANDES POTÊNCIAS NO SÉCULO XVIII**



Base: Atlas, 2002.

Adaptação do autor

MAPA 6
GRANDES POTÊNCIAS MUNDIAIS NO FINAL DO SÉCULO XIX



Base: Atlas, 2002.

Adaptação do autor

Cada uma das potências europeias rivalizava-se com as demais na luta pela hegemonia mundial. O resultado foi um acirramento da corrida imperialista e da política belicista que levou os europeus a duas guerras mundiais, a de 1914–18 e a de 1939–45. Entrementes outros aspectos técnicos ajudaram a globalização: o trem e o barco a vapor encurtaram as distâncias, o telégrafo e, em seguida, o telefone, aproximaram os continentes e os interesses ainda mais. E, principalmente depois do voo transatlântico de Charles Lindbergh em 1927, a aviação passou a ser mais um elemento que permitiu o mundo tornar-se menor.

No decorrer do Século XX três grandes projetos de liderança da globalização conflitaram-se entre si: o comunista, inaugurado com a Revolução bolchevique de 1917 e reforçado pela revolução maoista na China, em 1949, e pela constituição do bloco de países socialistas do Leste Europeu; o nazi-fascista, esmagado no final da Segunda Guerra Mundial em 1945 que, além de buscar a hegemonia mundial da Alemanha em consórcio com a Itália e o Japão foi, também, uma poderosa reação direitista ao projeto comunista, surgido nos anos de 1919, na Itália e na Alemanha, estendendo-se ao Japão e, finalmente, o projeto liberal-capitalista liderado pelos países anglo-saxões, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Num primeiro momento ocorreu a aliança entre o liberalismo e o comunismo (em 1941–1945) para a autodefesa e, depois, para a destruição do nazi-fascismo.

A Primeira Guerra Mundial de 1914–1918 convulsionou a Europa, acentuou o declínio

britânico e fortaleceu os Estados Unidos. A guerra levou ao advento da Revolução Socialista na Rússia e à ruína todos os países da Europa, especialmente a Alemanha derrotada, os quais contraíram dívidas públicas gigantescas. O avesso do poderio americano é o declínio da Europa. Em 1920 iniciou-se o *boom* do imediato pós-guerra seguido da crise de reestruturação industrial de 1921. Após pequeno período de prosperidade, o sistema capitalista desembocou numa crise geral em 1929 com prolongamentos na década de 1930. Nesse período foi introduzida nos Estados Unidos a organização científica do trabalho com base no taylorismo e do trabalho em linha de montagem com base no fordismo.

A longa crise de 1920 a 1930 atingiu principalmente os setores industriais que contribuíram para o poder do capitalismo britânico no Século XIX: as explorações de carvão, a metalurgia e a indústria têxtil. No entanto, desenvolveu-se nova geração de indústrias: a elétrica, automobilística, transportes rodoviários, seda artificial e alimentar, dentre outras. Em 1932, o presidente Roosevelt implementou o *New Deal* — Novo Pacto —, que reorganizou e reativou setores de atividades fundamentais, recolocou os Estados Unidos em uma posição favorável no mercado mundial e buscou um novo compromisso social internamente.

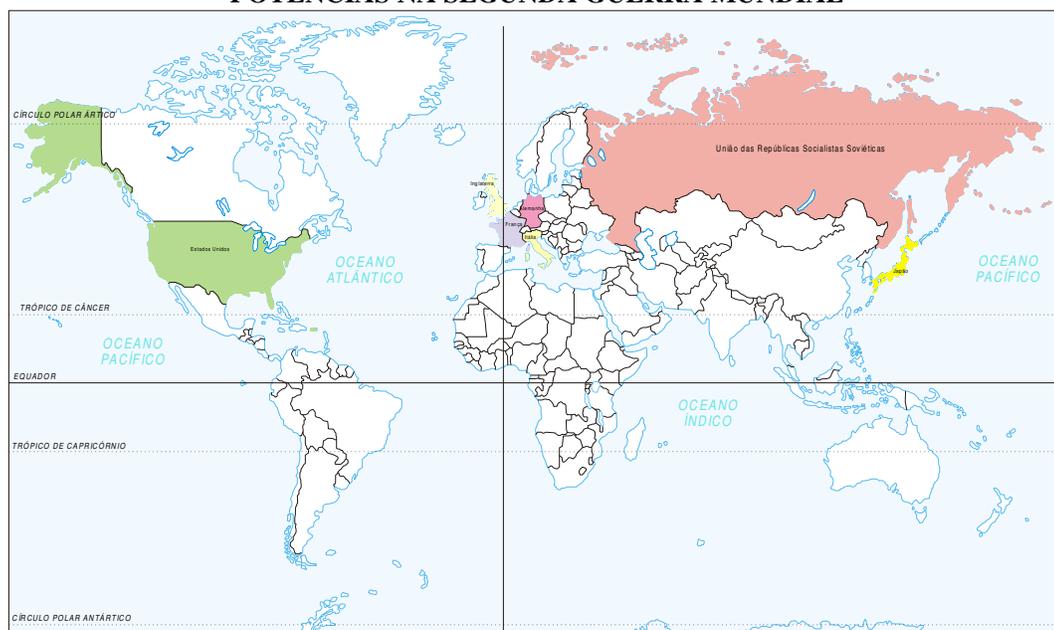
Em 1933–1934, os nazistas ascenderam ao poder na Alemanha e fortaleceram o capitalismo alemão poderosamente sustentado e fortemente enquadrado pelo Estado. A Alemanha nazista empreendeu, a partir de 1939, um esforço de guerra visando a conquista da hegemonia mundial, contando com o apoio da Itália fascista e do Japão. Os Estados Unidos, que se posicionavam contrários à sua participação na guerra em aliança com a Inglaterra e a França, só se envolveram nela a partir do ataque japonês à sua base naval de Pearl Harbor no Oceano Pacífico. Em 1945, as forças aliadas (Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra e França, dentre outros), derrotaram militarmente à Alemanha nazista, a Itália fascista e o Japão (Mapa 7).

Ressalte-se que nos 100 anos da segunda fase da globalização (1850–1950), os antigos impérios dinásticos desabaram (o dos Bourbons em 1789 e, definitivamente, em 1830, o dos Habsburgos e dos Hohenzollers em 1914, o dos Romanov em 1917). Das diversas potências que existiam em 1914, o Império britânico, o francês, o alemão, o austro-húngaro, o italiano, o russo e o turco otomano, só restaram depois da Segunda Guerra Mundial, as superpotências: os Estados Unidos e a União Soviética.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo estava dividido em dois blocos econômicos: um sob a liderança dos Estados Unidos e o outro sob a liderança da União Soviética (Mapa 8). Nasce no seio do bloco liderado pelos Estados Unidos o que se denominou de Terceiro Mundo que resultou do movimento de descolonização e pela vontade de independência dos

povos de vários países durante a guerra. Em 1944, introduziu-se em Bretton Woods um sistema fundado na definição de cada moeda em relação ao ouro e às paridades de câmbio fixo. A partir desse momento, o dólar passou a ser a pedra angular do sistema de pagamento.

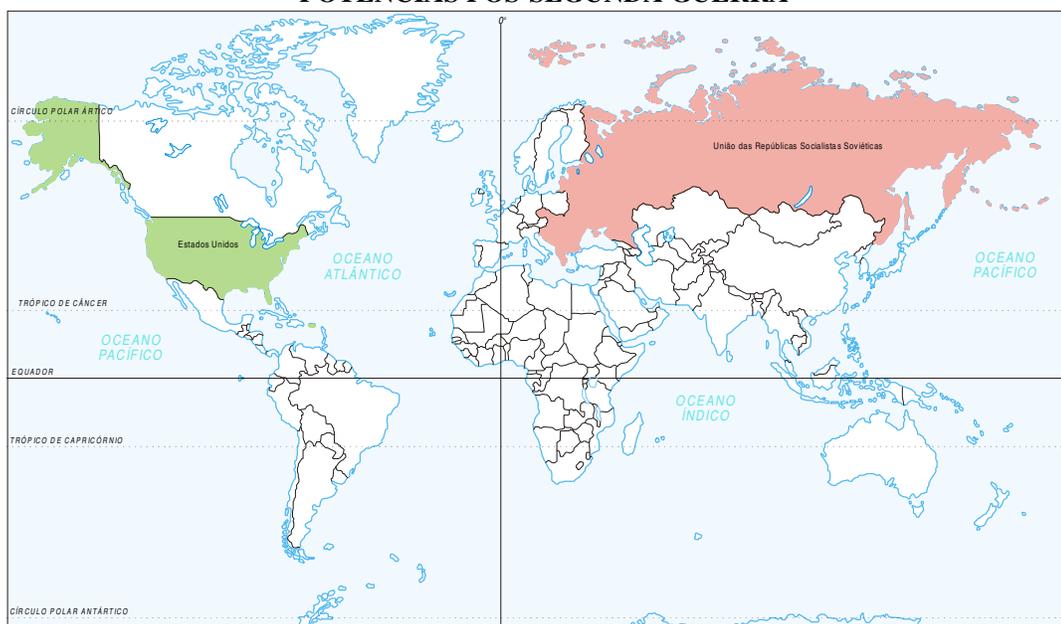
MAPA 7
POTÊNCIAS NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL



Base: Atlas, 2002.

Adaptação do autor

MAPA 8
POTÊNCIAS PÓS-SEGUNDA GUERRA



Base: Atlas, 2002.

Adaptação do autor

2.2.3 Terceira fase da globalização: Descolonização — Guerra Fria — reestruturação produtiva (1950–1989)

A terceira fase da globalização se caracterizou pela limitação de sua expansão provocada pelo processo de descolonização e, sobretudo, pela Guerra Fria. Enfraquecidas pelas guerras, as grandes potências capitalistas da época são obrigadas a aceitar a libertação dos povos colonizados que formaram novas nações. Mesmo assim, umas independentes e outras neocolonizadas, continuaram ligadas ao sistema internacional. Somam-se, no pós-1945, os países do Terceiro Mundo recém-independentes (a Índia é a primeira a obtê-la em 1947) às nações latino-americanas que conseguiram sua autonomia política entre 1810–25, ainda no final da primeira fase da globalização. No entanto nem a descolonização nem as revoluções socialistas, a da Rússia de 1917 e a da China de 1949, servirão de entrave para que, a mais longo prazo, o processo de globalização seja retomado.

Os grandes vencedores da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a União Soviética entraram em choque pela hegemonia mundial gerando a Guerra Fria (1947–1989), em que o liberalismo norte-americano rivalizou-se com o comunismo soviético numa guerra ideológica mundial e numa competição armamentista e tecnológica que quase levou a humanidade a uma catástrofe (a crise dos mísseis de 1962)¹. A Guerra Fria terminou em 1991 com o fim da União Soviética devido à sua incapacidade de competir no plano econômico e tecnológico com os Estados Unidos e dar sustentação ao bloco de países socialistas constituído após a Segunda Guerra Mundial.

Sobre a crise do estatismo² industrial e o colapso da União Soviética³, pode-se concluir que resultaram dos seguintes fatores:

- O esgotamento do modelo extensivo de crescimento econômico da União Soviética, que exigia a mudança para um novo equacionamento da produção, no qual os avanços tecnológicos pudessem adquirir maior importância e os benefícios trazidos pela revolução tecnológica fossem empregados para aumentar substancialmente a produtividade da economia como um todo.

¹ A crise dos mísseis de 1962 resultou da instalação pela ex-União Soviética em Cuba desses armamentos. Houve reação dos Estados Unidos quase resultando no advento da Terceira Guerra Mundial entre as superpotências.

² Estatismo é o sistema social organizado em torno da apropriação do excedente econômico produzido na sociedade pelos detentores do poder no aparato do Estado, ao contrário do capitalismo, em que o excedente econômico é apropriado pelos detentores do controle das organizações econômicas privadas.

³Ver Castells, 1999.

- A incapacidade estrutural do estatismo e da versão soviética do industrialismo⁴ de assegurar a transição para a sociedade da informação⁵ porque, na União Soviética, essa transição exigia medidas que abalavam os interesses da máquina burocrática do Estado e da *nomenklatura*⁶ do partido.
- O estatismo soviético impediu que fossem criadas as condições para a difusão de tecnologias da informação no sistema social, comprometendo o processo de inovação espontânea pelo uso e interação em rede que caracterizam o paradigma da tecnologia da informação.
- A despeito do enorme volume de recursos alocados pela União Soviética para o avanço da ciência e da pesquisa e desenvolvimento (P&D), e apesar de o país contar com o maior número de cientistas e engenheiros entre a população economicamente ativa em relação a qualquer outro país importante do mundo, o sistema também desestimulou a busca pela inovação em uma época de mudanças tecnológicas fundamentais.
- A existência de um complexo militar-industrial⁷ que agia como um buraco negro na economia soviética, absorvendo a maior parte da energia criativa da sociedade e um orçamento insustentável para defesa.
- Desequilíbrios sistêmicos entre setores econômicos e o desajuste crônico entre oferta e procura na maioria dos produtos e processos contribuíram para que se gerasse escassez e criasse uma economia paralela que se desenvolveu consideravelmente nos anos 70 com a anuência da *nomenklatura* do partido, causando profunda mudança na estrutura social soviética e desarticulando e onerando uma economia centralmente planejada.
- O insucesso das reformas econômicas com a *Perestroika* e da abertura política através da *Glasnost* deu vazão à pressão incontida das identidades nacionais-distorcidas, reprimidas e manipuladas durante o stalinismo. A busca de identidades distintas da ideologia comunista provocou o enfraquecimento do Estado soviético de forma decisiva. O nacionalismo tornou-se a expressão máxima dos conflitos entre o Estado e a sociedade, sendo o fator político imediato

⁴ Industrialismo é o mecanismo de desenvolvimento em que as principais fontes de produtividade consistem no aumento quantitativo dos fatores de produção (capital, trabalho e recursos naturais), juntamente com a utilização de novas fontes de energia.

⁵ Sociedade da informação ou informacionalismo é o mecanismo de desenvolvimento em que a principal fonte de produtividade é entendida como a capacidade qualitativa de otimizar a combinação e o emprego dos fatores de produção com base na informação e no conhecimento.

⁶ Nomenklatura era o grupo dominante na estrutura de poder da União Soviética.

⁷ A atuação do complexo militar-industrial soviético foi capaz de gerar exportações de armas e criar novas tecnologias, sobretudo no campo aeroespacial sem, no entanto, fazer com que o mesmo promovesse repercussões favoráveis sobre o desenvolvimento da economia como vem ocorrendo nos Estados Unidos.

que culminou no processo de desintegração da União Soviética.

- O Partido Comunista Soviético não estava em condições de lançar mão de mecanismos repressivos porque fora dividido, desconcertado e desarticulado pelas manobras de Gorbachev e pela infiltração em suas fileiras dos valores e projetos de uma sociedade reavivada.
- O estatismo soviético não entrou em colapso sob o ataque de movimentos sociais nascidos das contradições entre o Estado e a sociedade civil. A experiência soviética demonstra que sistemas sociais podem desaparecer como vítima de suas próprias armadilhas, sem serem atacados de forma irreversível por agentes sociais mobilizados de forma consciente.
- Quando o comunismo soviético se desintegrou, a ausência de um projeto coletivo alternativo, que fosse além do fato de ser “ex”, disseminou o caos político e estimulou uma competição selvagem na corrida pela sobrevivência individual.

Com o desmoronamento da União Soviética e do sistema socialista do Leste Europeu, a Guerra Fria encerrou-se e os Estados Unidos proclamaram-se vencedores. O momento símbolo disso foi a derrubada do Muro de Berlim ocorrida em novembro de 1989, acompanhada da retirada das tropas soviéticas da Alemanha reunificada e seguida da dissolução da URSS em 1991. A China comunista, por sua vez, que desde os anos 70 adotara as reformas visando sua modernização, abriu-se em várias zonas especiais para a implantação de indústrias multinacionais. A política de Deng Xiaoping de conciliar o investimento capitalista com o monopólio do poder do partido comunista, esvaziou o regime do seu conteúdo ideológico anterior. Desde então só restou hegemônica no moderno sistema mundial a economia-mundo capitalista, não havendo nenhuma outra barreira a antepor-se à globalização.

Chegou-se dessa forma à situação presente em que sobreviveu uma só superpotência mundial: os Estados Unidos. É a única que tem condições operacionais de realizar intervenções militares em qualquer ponto do planeta (Kuwait e Iraque em 1991, Haiti em 1994, Somália em 1996, Bósnia em 1997, Iugoslávia em 1998 e Afeganistão em 2002, etc.). Enquanto na segunda fase da globalização vivia-se na esfera da libra esterlina, agora é a era do dólar, do domínio do idioma inglês, que se tornou a língua universal por excelência.

A terceira fase da globalização se caracterizou também pelo esforço de reestruturação produtiva visando a superação dos problemas enfrentados pela economia-mundo capitalista. A reestruturação produtiva teve por objetivo oferecer respostas à crise do fordismo e do

taylorismo. Reconhecem os estudiosos que o fordismo se tornou um meio de organização social, um mantenedor da sociedade de consumo em todo o planeta. Seu declínio, na década de 1970, que causou a crise de uma sociedade inteira, se deu pela quebra do pacto entre trabalho e capital, que acabou com o *Welfare-State* (Estado de Bem-Estar Social).

O fordismo tem como objetivo a produção em larga escala, que necessita de um consumo também em larga escala. Essa necessidade fez com que os capitalistas dividissem, em forma de salários mais altos, os lucros com os trabalhadores, fazendo com que eles pudessem comprar o que produziam — um dos traços marcantes do capitalismo logo após a Segunda Guerra Mundial. A inclusão social da imensa massa de operários se tornou necessária à sobrevivência do capitalismo, o que teve várias repercussões políticas e sociais que se deram a partir do pacto feito entre capitalistas e trabalhadores, dirigido pelos partidos sociais democratas que estavam no poder e cujo resultado foi o *Welfare-State*.

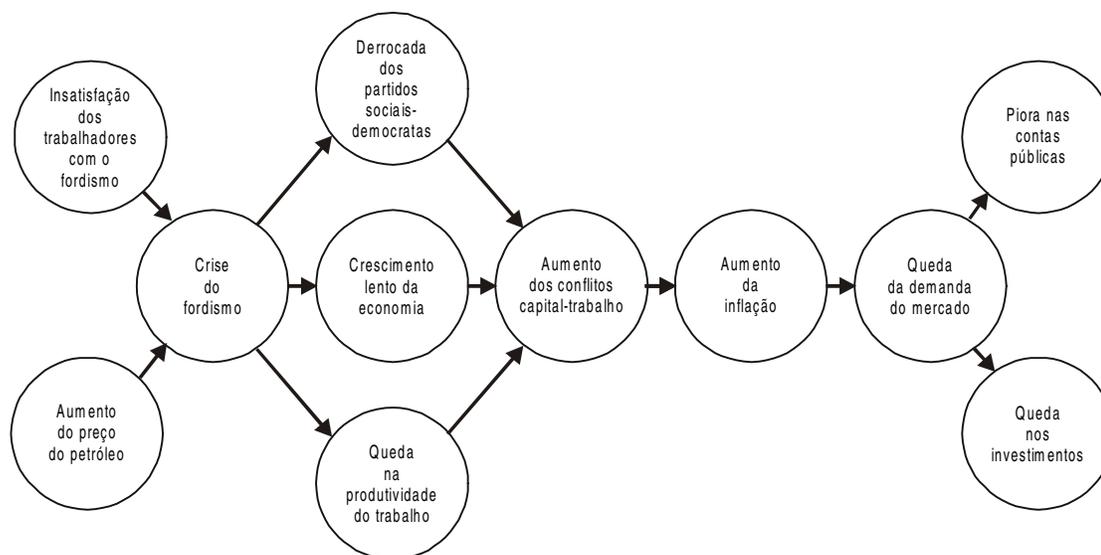
Esse pacto entre capitalistas e trabalhadores foi impulsionado pelo crescimento do movimento operário/sindical, pela constante ameaça comunista e foi o que manteve as relações entre capital e trabalho no período da Guerra Fria. Implicou num acordo que encarregava o capital a reconhecer o movimento sindical como representante da classe trabalhadora e elemento essencial de ligação entre trabalho e capital; aos sindicatos e trabalhadores encarregava o dever de reconhecerem a ordem capitalista como limite do movimento sindical. Durante 25 anos os governos sociais democratas garantiram a sua estabilidade, aumentando ou diminuindo os gastos sociais de acordo com o momento econômico.

É importante destacar que as concessões feitas pelo capital em relação ao trabalho, sobretudo na Europa Ocidental, com a constituição do *Welfare State*, resultaram, em grande medida, da necessidade de expandir o mercado consumidor e, conseqüentemente, na produção em massa fordista, e no imperativo de refrear ou disciplinar as lutas políticas comandadas pelos partidos de esquerda e as lutas sindicais que pudessem alimentar o movimento comunista. Em alguns países onde a ameaça comunista e as lutas políticas e sindicais eram menores, as concessões não atingiram a escala alcançada na Europa Ocidental como, por exemplo, nos Estados Unidos em que a maior motivação para o estabelecimento de concessões do capital em relação ao trabalho resultava, sobretudo da necessidade de incorporar os trabalhadores ao mercado consumidor de bens e serviços.

Em outros países, como o Brasil, o fordismo não levou à implementação do *Welfare State* devido à fraqueza dos partidos de esquerda e do movimento sindical que só passaram a se

constituir em ameaça para as classes dominantes em meados da década de 1960. Em 1964, ao invés de concessões do capital em relação ao trabalho com a adoção do *Welfare State*, implantou-se uma ditadura militar que se perpetuou até 1985. Foi essa fraqueza dos partidos de esquerda e do movimento sindical que impossibilitou a realização no Brasil do mesmo pacto fordista entre o capital e o trabalho realizado na Europa Ocidental e nos Estados Unidos no pós-guerra. Essa fraqueza foi determinante, também, dos elevados desníveis sociais existentes no Brasil em geral e no Estado da Bahia em particular. A inexistência de um poderoso movimento de base operário e camponês que colocasse com força as demandas das classes trabalhadoras foi determinante de não ter se materializado o denominado pacto fordista no Brasil.

A crise do fordismo (Figura 14) desencadeou a derrocada dos partidos sociais democratas em todo o mundo e se refletiu economicamente no crescimento lento da economia e na queda de produtividade do trabalho, que foi resultado da insatisfação dos trabalhadores com o sistema vigente, manifestada por faltas ao trabalho, desinteresse pelo processo produtivo, greves e outras formas de protestos. Com esse quadro, pioraram as lutas entre trabalho e capital, principalmente a luta por salários mais altos do proletariado, o que fez com que a inflação aumentasse, diminuindo a demanda do mercado consumidor, e aumentasse mais a crise gerando uma queda nos investimentos.



Elaboração própria.

Figura 14 – A crise do fordismo

A situação piorou também para as contas públicas, porque foi diminuída a capacidade de tributação do Estado, que além de ter menor receita, tinha que arcar com as despesas do seguro desemprego para uma grande massa de população que estava fora dos postos de trabalho. Foi destruída também, internacionalmente, a ordem mundial do pós-guerra. Acabou-se o padrão ouro e a conversibilidade do dólar, gerando e propagando instabilidade por todo o canto. Foi questionada então a hegemonia americana, com o crescimento da Alemanha e do Japão nos mercados internacionais.

Outro fator que desencadeou a crise do fordismo foi o aumento incrível dos preços de petróleo, literalmente o combustível de toda a indústria fordista, em 1973 e de novo em 1979, quando houve um enorme aumento nas taxas de juros americanas, que causou, nos anos 80, a chamada “crise da dívida externa” nos países subdesenvolvidos. A crise do fordismo se deu em várias escalas: política, economia, vida social, externa e internamente em todos os países. Toda a crise era demonstrada através do desemprego, da queda nos níveis de investimento, da crise fiscal do estado, etc. A resposta para isso foi o começo da reestruturação produtiva, que se deu principalmente nos setores básicos de produção e de trabalho. Foram adotadas novas ideologias, novas formas de administração, de gerenciamento e de produção.

Principal modelo da reestruturação produtiva, principal motor da reestruturação produtiva contemporânea, o toyotismo começou a ser implantado definitivamente em 1962 e tem como principal característica e objetivo a produção somente do necessário e no menor tempo (Quadro 4). É o *just-in-time*. Ao contrário do fordismo, onde a produção determina a demanda, no toyotismo, a demanda determina a produção, isto é, só se produz o que é pedido, por isso se produz mais rápido e melhor.

O *Just-in-time* surgiu da necessidade de se atender a um público que pedia produtos diferenciados em pequenas quantidades, fazendo assim com que as empresas competissem entre si para ver quem era melhor e mais rápido. Com o toyotismo veio o fim da produção em massa. Surgiu também para poder competir com os mercados automobilísticos americano e europeu, que produziam bem mais que o japonês. Sua outra finalidade era enfrentar o sindicalismo japonês, que era forte e atuante e responsável por muitas greves. O toyotismo criou o sindicato incorporado à empresa, de finalidade defensora duvidosa do trabalhador.

Quadro 4 – Características da 3ª Revolução Industrial

CARRO-CHEFE	Indústria automobilística e eletroeletrônica
BASE DE <i>HARDWARE</i> (MATERIAL)	Informática, máquinas CNC- Controle Numérico Computadorizado, robôs, sistemas integrados, telecomunicações, novos materiais, biotecnologia
BASE DE <i>SOFTWARE</i> (ORGANIZACIONAL)	Produção flexível, ilha de produção, "just in time", qualidade total, integração gerência-execução
TRABALHO	Polivalente, integrado, em equipe, intensíssimo, flexível, estressante, menos hierarquia
VOLUME DE INVESTIMENTOS	Altíssimo
RELAÇÃO INTEREMPRESAS	Monopólio, forte horizontalização (terceirização), formação de megablocos comerciais
ESCALA	Internacional, global
DOCTRINA	Neoliberalismo (Thatcher, Reagan)
PRODUTIVIDADE	Grande elevação em ritmo vertiginoso
PRODUÇÃO	Não desencadeou ciclo de crescimento
CONSUMO	Tendência à estagnação
EMPREGO	Forte retração principalmente na indústria, trabalho parcial, precário, informal
REAÇÃO DOS TRABALHADORES	(até o momento) Perplexidade, dessindicalização, fragmentação, tendência à "parceria" assumida ou conflitiva

Fonte: CEFET-SP, 2000.

O principal meio de implantação do *Just-in-time* é o *kanban*, que é uma espécie de cartão de controle de ida e vinda de mercadoria. *Kanban* é uma técnica de gestão de materiais e de produção no momento exato (*Just-in-time*), que é controlado através do movimento do cartão (*kanban*). O sistema *kanban* é um método de estabelecer o autocontrole na fábrica, independente de gestões paralelas e controles computacionais. O *kanban* começou na Toyota como um programa para controlar o fluxo da produção em todo o sistema produtivo. O objetivo era controlar a produtividade e envolver a mão-de-obra.

O *Just in time* é um sistema flexível de produção, pois trabalha com exigências mais individualizadas de consumo, razão por que precisa se adequar ao público alvo. Necessita de um trabalhador ágil, que saiba trabalhar com várias máquinas ao mesmo tempo, criando também um homem flexível em frente da máquina. Elimina também a chefia, pois o trabalho passa a ser em equipe e cada membro da equipe é responsável por supervisionar a si e aos outros. Há uma horizontalização dos serviços no toyotismo. As grandes fábricas terceirizam seus serviços, precisando assim de dispor de menor mão-de-obra e difundindo seu *Know-how* pelas empresas subsidiadas. Começa-se então a propagação das vantagens e métodos do toyotismo.

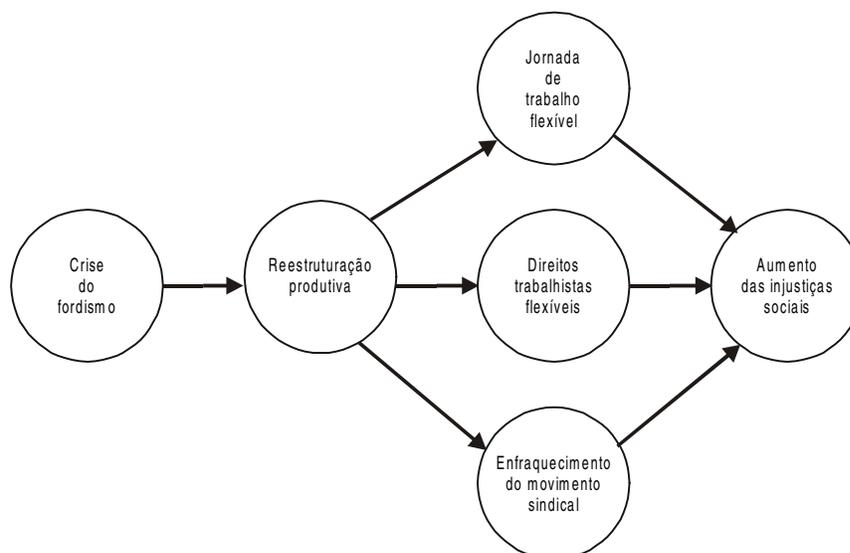
No toyotismo, quase não há desperdício, pois só se produz o necessário; a produção é mais rápida e com mais qualidade e há a necessidade de menos homens, pois quase todo o maquinário é automático, robotizado, o que aumenta incrivelmente os lucros do empregador. Aumenta, também, no *Just-in-time*, o cansaço do trabalhador, que às vezes até morre de tanto trabalhar, pois o ritmo das máquinas é mais frenético ainda que no fordismo.

Há também, como desvantagem para o trabalhador, o fato de que ele deve se tornar mais flexível para continuar a ter um lugar na empresa. Isso significa ter uma jornada de trabalho flexível e direitos também flexíveis, o que é prejudicial, pois se ganha menos e se tem menos direitos. No Japão, os operários trabalham bem mais que na Bélgica; trabalham mais, mais rápido e é necessário menos homens. O lucro do proprietário da fábrica é enorme.

O trabalhador da época toyotista é menos unido. Dados mostram que apenas 5% dos trabalhadores dos escalões mais baixos do Japão são sindicalizados. Há uma desestruturação da organização sindicalista, uma fragmentação. O trabalhador, atônito com as mudanças, não sabe mais o que fazer. A disseminação do modelo toyotista pelo mundo afora tem tido efeitos bombásticos, um deles, o desemprego. Como é um modelo flexível de administração dos meios de produção, o toyotismo é adaptável a qualquer realidade e condição nacional de trabalho.

Há o risco de se entrar em um abismo de injustiça social, pois o toyotismo beneficia muito os donos de empresa, prejudicando muito o proletariado. É iminente o risco de se perder direitos sociais e trabalhistas conquistados durante anos de luta. O toyotismo descaracteriza a social democracia. Não há como negar que o toyotismo foi uma resposta encontrada para a questão da crise do capitalismo nos anos 80. Parece óbvio que a reestruturação produtiva baseada no toyotismo aumentará o abismo social entre os pobres e ricos. Cada vez mais, menos pessoas trabalharão e mais estarão à mercê da própria sorte, sem emprego e sem perspectiva (Figura 15).

Como não poderia deixar de acontecer, a reestruturação produtiva atingiu também profundamente o Brasil a partir da década de 1990, como será vista no capítulo 4. Muitas empresas em operação no Brasil se reestruturaram após a abertura da economia para poderem fazer frente à concorrência de produtos importados e de concorrentes existentes no país. As grandes empresas instaladas no Estado da Bahia seguiram o mesmo caminho.



Elaboração própria., 2003.

Figura 15 – Conseqüências da reestruturação produtiva

2.2.4 Globalização recente: Declínio do Estado-Nação – Reestruturação do sistema interestatal (pós-1989)

As principais características da globalização recente são o declínio do Estado-Nação e a reestruturação do sistema interestatal para fazer frente à crise da economia-mundo capitalista na era contemporânea. O declínio do Estado-Nação está configurado na perda de sua capacidade de constituir uma economia nacional confinada territorialmente e em tê-la sob seu controle. Desde a Segunda Guerra Mundial, mas especialmente desde a década de 1960, o papel das economias nacionais tem sido corroído ou mesmo colocado em questão pelas principais transformações na divisão internacional do trabalho, cujas unidades básicas são organizações de todos os tamanhos, multinacionais e transnacionais, e pelo desenvolvimento correspondente dos centros internacionais e redes de transações econômicas que estão, para fins práticos, fora do controle do governo do Estados.

Bobbio, Matteucci e Pasquino (1986) enfatizam que existem outros espaços não mais controlados pelo Estado soberano.

O mercado mundial possibilitou a formação de empresas multinacionais, detentoras de um poder de decisão que não está sujeito a ninguém e está livre de toda a forma de controle; embora não sejam soberanas, uma vez que não possuem uma população de um território onde exercer de maneira exclusiva os tradicionais poderes soberanos, estas empresas podem ser assim consideradas, no sentido de que - dentro de certos limites - não têm superior algum. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1986, p.1187)

O avanço progressivo da globalização econômica liderada pelas empresas multinacionais ou

transnacionais tende a aprofundar o ocaso da soberania do Estado-Nação.

O declínio do Estado-Nação significa também o comprometimento da República democrática entendida como expressão da soberania popular. A República democrática é a expressão da soberania popular porque as leis aprovadas pelo corpo legislativo de uma nação traduzem, em última instância, a vontade popular. Foi o conceito de soberania que possibilitou a formação do Estado moderno e a elaboração de uma teoria acabada do Estado. Todas as nações que se constituíram a partir de 1776 dentro dos princípios da República democrática, com base nos regimes presidencialista e parlamentarista, reforçavam em maior ou menor grau a soberania do Estado.

Hoje, defronta-se com o eclipse da soberania. O conceito de soberania entrou em crise tanto teórica quanto praticamente. Teoricamente, com o prevalecer das teorias constitucionalistas com sua tese do Estado misto, da separação dos poderes e da supremacia da lei e, na prática, com a crise do Estado moderno, que não é mais capaz de se apresentar como centro único e autônomo de poder, sujeito exclusivo da política, único protagonista na arena internacional.

O processo de globalização

colocou em xeque não apenas a capacidade do Estado-Nação em controlar suas economias, mas principalmente a soberania popular que está ameaçada no confronto com o poder financeiro, comercial e tecnológico das gigantescas empresas e bancos transnacionais. O poder de decisão sobre investimentos e, conseqüentemente, sobre o crescimento e desenvolvimento das nações está sendo transferido paulatinamente para essas organizações. Isto significa dizer que a própria soberania popular está comprometida. O governo e os Parlamentos de muitos países estão perdendo cada vez mais poderes. Fala-se até mesmo que o novo Leviatã é o mercado sob a liderança das empresas transnacionais. Isto significa dizer, também, que os partidos políticos lutarão pela conquista de um poder nacional cada vez mais ofuscado pelas empresas transnacionais. (ALCOFORADO, 1998, p. 146)

Michèle Roth da GPF Associate comparou as 25 maiores corporações não-financeiras mundiais com os Estados-Nações em termos de receitas anuais das empresas com os orçamentos anuais dos governos dos países, quando constatou que apenas 13 Estados-Nações têm bastante orçamento nacional para situá-los ao lado das maiores corporações transnacionais. Na sua opinião, se forem consideradas as instituições financeiras, o desbalanceamento seria ainda mais acentuado em favor das empresas. A Tabela 1 apresenta a correlação de forças econômicas entre os Estados-Nações e as empresas multinacionais. A sua análise permite constatar que inúmeras empresas multinacionais suplantam amplamente em termos de receita anual o orçamento de vários países, inclusive o Brasil que é o 38^o

colocado no *ranking*.

Tabela 1 – Ranking: Orçamento Anual dos Estados-Nações / Receitas Anuais das Corporações Transnacionais

País/Empresa	Ano	Receita (US\$ bilhões)	País/Empresa	Ano	Receita (US\$ bilhões)
ESTADOS UNIDOS	1994	1.258	CANADÁ	94/95	90
ALEMANHA	1994	690	Hitachi	1995	84
JAPÃO	1995	595	Nippon Life Insurance	1995	83
REINO UNIDO	94/95	389	Nippon Telegraph & Telephone	1995	82
ITÁLIA	1994	339	AT&T	1995	80
FRANÇA	1993	221	Daimler-Benz	1995	72
Mitsubishi	1995	184	Intl. Business Machines	1995	72
Mitsui	1995	182	Matshushita Electric Industrial	1995	70
Itochu	1995	169	General Electric	1995	70
General Motors	1995	169	CORÉIA DO SUL	1995	69
Sumitomo	1995	168	Tomen	1995	68
Marubeni	1995	161	Móbil	1995	67
Ford Motor	1995	137	Nissan Motor	1995	63
Toyota Motor	1995	111	Volkswagen	1995	61
Exxon	1995	110	Siemens	1995	61
HOLANDA	1992	110	BRASIL	1994	59
Royal Dutch/Shell Group	1995	110	Outros países:		
SUÉCIA	95/96	109	QUÊNIA	1990	2,4
Nissho Iwai	1995	98	SENEGAL	1996	0,9
ESPAÑA	1994	97	UGANDA	94/95	0,6
AUSTRÁLIA	95/96	96	NICARÁGUA	1996	0,4
Wal-Mart Stores	1995	94			

Fonte: Roth, 1996.

O Estado-Nação que sempre foi um importante parceiro das classes dominantes capitalistas passou a representar a partir da década de 1970 um obstáculo à plena expansão do processo de acumulação do capital em termos nacionais e planetário. Essa situação resultava do fato dos estados nacionais apresentarem, de forma generalizada, déficits fiscais e endividamento interno e externo crescentes, restringirem o livre fluxo de capitais, mercadorias e serviços com suas políticas monetárias, fiscais e cambiais e absorverem grande parte do excedente econômico para a realização de investimentos sociais, sobretudo nos países onde se implantou o *Welfare State*.

O crescimento dos negócios e das finanças multinacionais concomitantes é, indubitavelmente, uma das mais importantes mudanças estruturais da história econômica moderna. Diante do seu poderio concentrado, a capacidade do Estado-Nação de controlar seu próprio sistema econômico está sendo posta em dúvida. Embora continue reinando, o Estado-Nação parece já

ter sido privado do seu poder de governar. Está sendo gradativamente minado no poder sobre sua economia como ocorre atualmente com o Brasil que há 20 anos encontra-se à mercê do capital financeiro internacional e das empresas multinacionais. O Estado-Nação perdeu a capacidade de estabelecer políticas monetárias e fiscais consistentes nos seus territórios. O modelo keynesiano, que se tornou regra quase geral nos países capitalistas, no pós-guerra, visando a obtenção da estabilidade econômica e do pleno emprego, perdeu a sua eficácia em muitos países, em face da atuação das empresas multinacionais de modo global.

Imagina-se que a Globalização, seguindo o seu curso natural, irá enfraquecer cada vez mais os estados nacionais surgidos há cinco séculos, ou dar-lhes novas formas e funções, fazendo com que novas instituições supranacionais gradativamente os substituam. Vive-se no presente uma curiosa combinação de tecnologia do final do Século XX com o livre comércio do Século XIX e com o renascimento de centros intersticiais característicos do comércio mundial no período da Idade Média. Cidades-Estados como Hong Kong e Cingapura ressuscitam “zonas industriais” multiplicadas dentro de Estados-Nações tecnicamente soberanos e situadas fora do território.

A crescente mundialização do capital, por sua vez, estava impondo como exigência a liberalização da economia mundial. Esse fato associado à crise fiscal dos estados nacionais colocou na ordem-do-dia a reestruturação do sistema interestatal para superar a crise econômica global. Para assegurar a coordenação global em suas políticas econômicas, os países capitalistas mais desenvolvidos estruturaram o G-7 composto pelos países industrializados (Estados Unidos, Japão, Canadá, Alemanha, França, Inglaterra e Itália). Além disso, foram constituídos vários blocos econômicos regionais e intercontinentais.

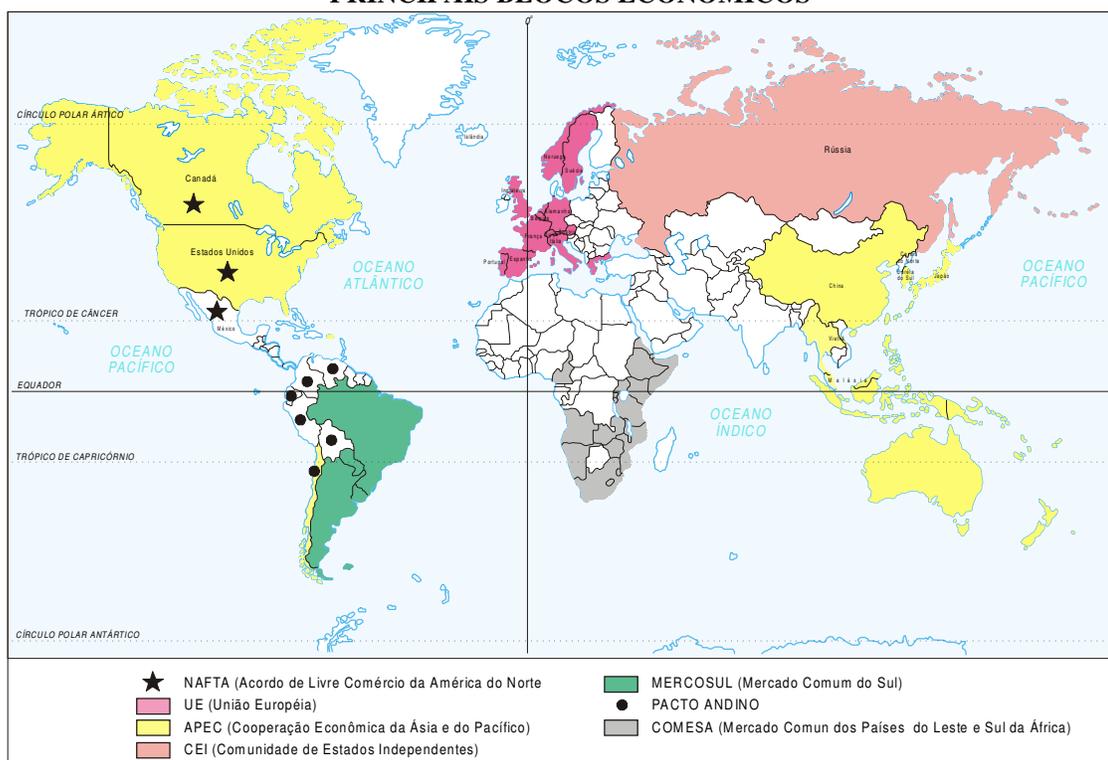
Com a formação dos mercados regionais ou intercontinentais (Nafta, União Européia, Comunidade Econômica Independente [a ex-URSS], o Mercosul e o Japão com os tigres asiáticos) e com a conseqüente interdependência entre eles, assentam-se as bases para os futuros governos transnacionais que, provavelmente, servirão como unidades federativas de uma administração mundial a ser constituída. É bem provável que, ao findar o Século XXI, talvez até antes, a humanidade venha a conhecer, por fim, um governo universal, atingindo-se assim o sonho dos filósofos estóicos do homem cosmopolita, aquele que se sentirá em casa em qualquer parte da Terra.

A integração da economia mundial é um dos principais fatores responsáveis pela constituição

dos diversos blocos econômicos em várias partes do globo. A sua existência atende ao mais elevado interesse das empresas multinacionais porquanto, por seu intermédio, haverá uma maior liberalização do mercado mundial, principalmente intra-blocos. Em outras palavras, a formação de blocos econômicos abre caminho à constituição de um mercado mundial sem barreiras no futuro sob a ótica das empresas multinacionais. É evidente que, na constituição dos blocos econômicos na atualidade, são levados em conta também os aspectos geopolíticos e os objetivos nacionais dos países componentes.

Na atualidade, estão constituídos como blocos econômicos a União Européia, o Nafta, a APEC — Associação de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico, a CEI — Comunidade de Estados Independentes, o Mercosul, o Pacto Andino, a APEC — Associação de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico e o Comesa — Mercado Comum dos Países do Leste e Sul da África, conforme estão apresentados no Mapa 9.

MAPA 9
PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS



Base: Atlas, 2002.

Adaptação do autor

Cabe observar que está em processo de gestação a ALCA — Associação de Livre Comércio das Américas da qual devem participar todos os países das Américas à exceção de Cuba. A

ALCA, proposta pelos Estados Unidos, poderá entrar em operação em 2005. A pressão atualmente exercida pelo governo dos Estados Unidos sobre os países do continente americano visando a constituição da ALCA faz parte de sua estratégia de manter todas as Américas sob seu controle e se impor, dessa forma, hegemonicamente em nível mundial no confronto com outros blocos econômicos, principalmente com a União Européia. Em contrapartida, o fortalecimento do Mercosul é de vital importância para o futuro do Brasil e dos demais países dele integrantes porque, por seu intermédio, poderão barganhar com o Nafta, a União Européia e outros blocos econômicos suas participações nesses mercados, bem como atrair investimentos.

Para os Estados Unidos, o fortalecimento do Mercosul precisa ser abortado o quanto antes para evitar que as demais nações do continente nele se integrem, ajam com independência e atuem em bloco na solução de suas pendências atuais e futuras com os norte-americanos. O enfraquecimento inicial e o desmantelamento posterior do Mercosul associados à constituição da ALCA resultariam no domínio das fontes de matérias-primas e na ocupação do mercado das Américas pelas poderosas corporações norte-americanas. Tudo leva a crer que a liberalização do mercado de todos os países americanos no contexto da ALCA resultaria em imensos prejuízos para o Brasil e as demais nações das Américas, à exceção do Canadá que tem uma robusta economia.

A consequência natural desse processo de abertura seria o desmantelamento ou desnacionalização das indústrias dos países latino-americanos pelo fato de não terem capacidade de competir com as empresas norte-americanas. Diante dessa circunstância, o governo brasileiro deveria envidar esforços inauditos no sentido de acelerar o processo de crescimento do Mercosul com a incorporação do maior número possível de países da América Latina e desenvolver uma grande ofensiva visando o fortalecimento da economia nacional.

A interdependência econômica entre as nações, que tende a se aprofundar nos anos futuros, estaria a exigir tomadas de decisão articuladas entre os representantes dos países que compõem a comunidade internacional. Para dar sustentação ao processo de globalização econômica urge a construção de uma nova superestrutura política e jurídica internacional, edificada em bases democráticas, que tenha capacidade de regular as relações entre as nações e povos e arbitrar os conflitos que, porventura, existam. Os fatos da realidade estão demonstrando que as estruturas atuais, como a ONU, o FMI, Banco Mundial, estão defasadas em relação às necessidades atuais. A existência de uma superestrutura política e jurídica

internacional erigida em bases democráticas é a garantia do respeito à soberania popular em bases mundiais. Sem ela, os povos do mundo inteiro estarão à mercê dos interesses das empresas multinacionais ou transnacionais.

No contexto atual de globalização, um Estado-Nação só terá condições de fazer frente ao poder das gigantescas corporações transnacionais e preservar sua soberania desde que participe de blocos regionais ou supranacionais organizados política e economicamente. A ação conjunta dos Estados-Nações através de um bloco estruturado democraticamente em bases políticas e econômicas teria por objetivo estabelecer relações de força com outros blocos e com as empresas multinacionais, bem como assegurar os interesses de suas populações.

Nessas circunstâncias, a soberania de cada um dos Estados-Nações passaria a ser compartilhada pelos demais componentes do bloco. Para assegurar que as decisões do bloco sejam tomadas em bases democráticas, é preciso que sejam constituídas novas superestruturas políticas e jurídicas. O quadro atual dos blocos econômicos já constituídos que só comportam a participação dos governos dos Estados-Nações membros precisa ser amplamente reformulado com a constituição de estruturas executivas e parlamentos supranacionais em moldes até mesmo mais avançados do que os da União Européia

Cabe observar que o bloco econômico mais bem concebido e implementado até o momento é a União Européia. Sobre o processo de unificação européia, Castells (1999) observa que a unificação da Europa, quando completada, representará uma das tendências mais importantes na definição de novo mundo. Uma Europa unificada, com seu poderio econômico e tecnológico e influência cultural e política, aliados ao desenvolvimento da região do Pacífico, servirá de apoio ao sistema de poder mundial em uma estrutura policêntrica, impedindo a existência de qualquer superpotência hegemônica, apesar da contínua preeminência militar (e tecnológica) dos Estados Unidos.

Em consequência do fracasso do Estado-Nação clássico em articular a resposta aos desafios da globalização da economia, da tecnologia e da comunicação, os governos europeus estão tentando administrar seus países com a construção de um novo sistema institucional, **o Estado em rede**. A unificação da Europa é uma fonte de inovação institucional que poderá fornecer algumas respostas à crise do Estado-Nação porque estão sendo criados novos tipos de governo e novas instituições governamentais nos âmbitos europeu, nacional, regional e local,

motivando uma nova forma de Estado que propõe seja chamado de **Estado em rede**.

Em 1948, quando se deu início aos debates sobre a integração européia, o principal objetivo era o de evitar uma nova guerra. À tese de Jean Monet de constituir um Estado federal europeu com a perda da soberania das nações européias, De Gaulle contrapropôs com a tese da montagem de um comitê intergovernamental formado por chefes do poder executivo para exercerem o poder na Europa que teria por objetivo político consolidar sua independência em relação aos Estados Unidos. Foi a impressão de que a Europa poderia tornar-se colônia econômica e tecnológica das empresas norte-americanas e japonesas que levou à grande segunda reação defensiva representada pelo Ato Único Europeu de 1987, que estabeleceu os passos rumo à constituição de um verdadeiro mercado unificado em 1992. A integração européia é, ao mesmo tempo, uma reação ao processo de globalização e sua expressão mais avançada.

Ao decidir pela criação do “euro” e do Instituto Monetário Europeu, bem como pela harmonização das políticas fiscais, o Tratado de Maastricht assumiu um compromisso irreversível para a unificação total da economia européia. A União Européia é essencialmente organizada como uma rede que envolve mais a concentração e o compartilhamento de soberania que a transferência de soberania para um nível mais alto.

O processo de industrialização em todo o mundo, as redes de empresas e a interpenetração dos mercados oferecem oportunidades para que as empresas européias se expandam por outros lugares para enfrentar o mercado global, em vez de entricheirar-se em seus feudos domésticos. A tendência é haver desinvestimento relativo na Europa *vis-à-vis* a outras regiões do mundo, em especial na indústria. Esse cenário é uma das causas das crescentes taxas de desemprego na União Européia, em claro contraste com o crescimento substancial do emprego nos Estados Unidos e na região do Pacífico asiático na década de 90.

A modelagem da União Européia tem conseqüências profundas e duradouras para as sociedades da Europa. Provavelmente, a mais importante seja a dificuldade de preservar o Estado do Bem-Estar Social europeu em sua forma atual, não só porque a mobilidade de capital e as redes de produção criam condições que favorecem a mudança de investimentos para regiões do mundo onde os custos sociais são mais baixos, mas também porque a busca por flexibilidade nos mercados de trabalho e o processo de desinvestimento na Europa reduzem a base de emprego de que a estabilidade fiscal do Estado do Bem-Estar Social depende.

A unificação europeia vem gerando resistências porque a aceleração do processo de integração coincidiu com a estagnação dos padrões de vida, com o surgimento do desemprego e com a maior desigualdade social na década de 90. Partes significativas da população da Europa tendem a afirmar suas nações contra os respectivos Estados, considerados cativos da supranacionalidade europeia. Cresce, também, o racismo e a xenofobia.

A capacidade de influenciar dos cidadãos nas decisões sobre política econômica foi reduzida de forma considerável porque não há, praticamente, nenhum canal efetivo de participação do cidadão nas instituições europeias. Quem decide sobre política econômica é o Banco Central europeu. Não há aprendizagem de cidadania europeia porque as instituições europeias gostam de viver em seu mundo isolado constituído de órgãos tecnocráticos e conselhos de ministros encarregados dos acordos.

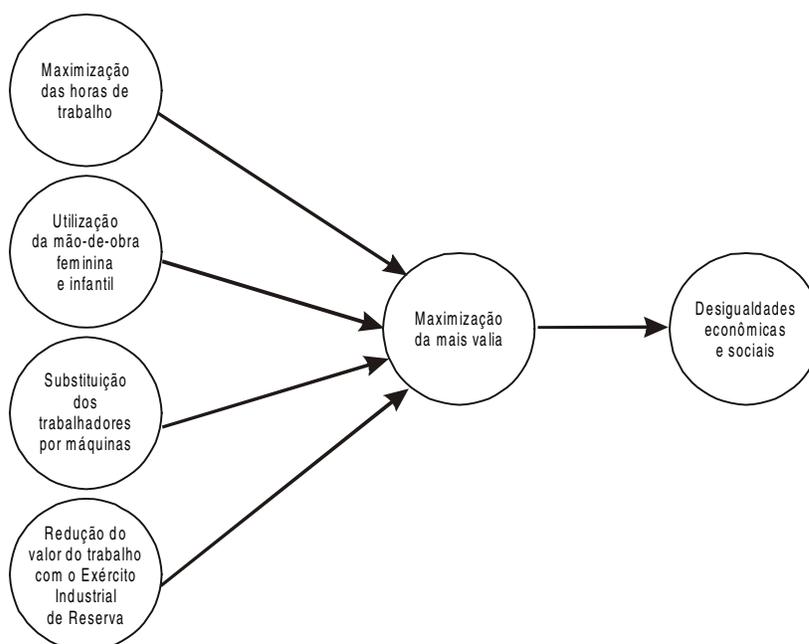
Ante o declínio da democracia e da participação do cidadão em uma época de globalização da economia e de europeização da política, os cidadãos entrincheiram-se em seus países e cada vez mais consolidam suas nações. O nacionalismo, não o federalismo, é a evolução concomitante da integração europeia. A União Europeia sobreviverá como construção política só se conseguir administrar e acomodar o nacionalismo. No contexto das sociedades democráticas, a Europa só será unificada em vários graus e sob formas ainda a surgir, se essa for a vontade de seus cidadãos.

2.3 AS DESIGUALDADES ECONÔMICAS E SOCIAIS MUNDIAIS NO SÉCULO XX

O capitalismo tem gerado, ao longo de sua história, desigualdades de toda ordem (econômicas, sociais, regionais e internacionais) começando pelas disparidades de renda e riqueza entre os habitantes de um mesmo país ou região. Essas disparidades, que existiam nas sociedades pré-capitalistas, assumiram grandes proporções com o predomínio do modo de produção capitalista no planeta. Marx (1980) expôs em sua obra *O Capital* que, a partir do capitalismo, reside na mais-valia, isto é, no valor do trabalho não pago pelos detentores do capital (burguesia) aos trabalhadores a origem dessas disparidades com base na qual se realiza o processo de concentração e acumulação de capital.

A mais-valia, extraída pela burguesia dos trabalhadores, tem sido maximizada ao longo da história do capitalismo através de vários meios, tais como, a maximização das horas de trabalho, a utilização da mão-de-obra feminina e infantil de valor mais baixo, a substituição

do **trabalho vivo** (trabalhadores) pelo **trabalho morto** com o uso de máquinas e equipamentos redutores de mão-de-obra e do tempo de trabalho, bem como a redução do valor do trabalho com a existência de um exército industrial de reserva (desempregados). Está nesse processo a origem das desigualdades econômicas e sociais entre os habitantes de um determinado país ou região. A Figura 16 explica o processo de maximização da mais-valia e a origem das desigualdades econômicas e sociais entre os habitantes de um determinado país ou região.



Elaboração própria., 2003.

Figura 16 – Maximização da mais-valia

O capitalismo tem gerado também desigualdades entre as localidades de uma mesma região ou país. A Figura 17 explica os fatores determinantes do processo de concentração de investimentos em localidades de uma mesma região ou país.

As desigualdades entre as localidades de uma mesma região ou país se explicam pela tendência do capital em se concentrar em localidades e regiões que reúnam as melhores condições para maximizar seus lucros. As localidades e regiões que disponham de melhores condições em termos de recursos humanos, recursos naturais, mercados, infra-estrutura econômica e social e redes de empresas que se articulem entre si como supridoras de matérias-primas ou insumos ou demandadoras de matérias-primas e produtos intermediários ou acabados são as mais credenciadas a fazerem parte do circuito de acumulação de capital.

Há uma tendência dos investidores em implantar empreendimentos em localidades ou regiões que apresentem, portanto, maiores economias de aglomeração.

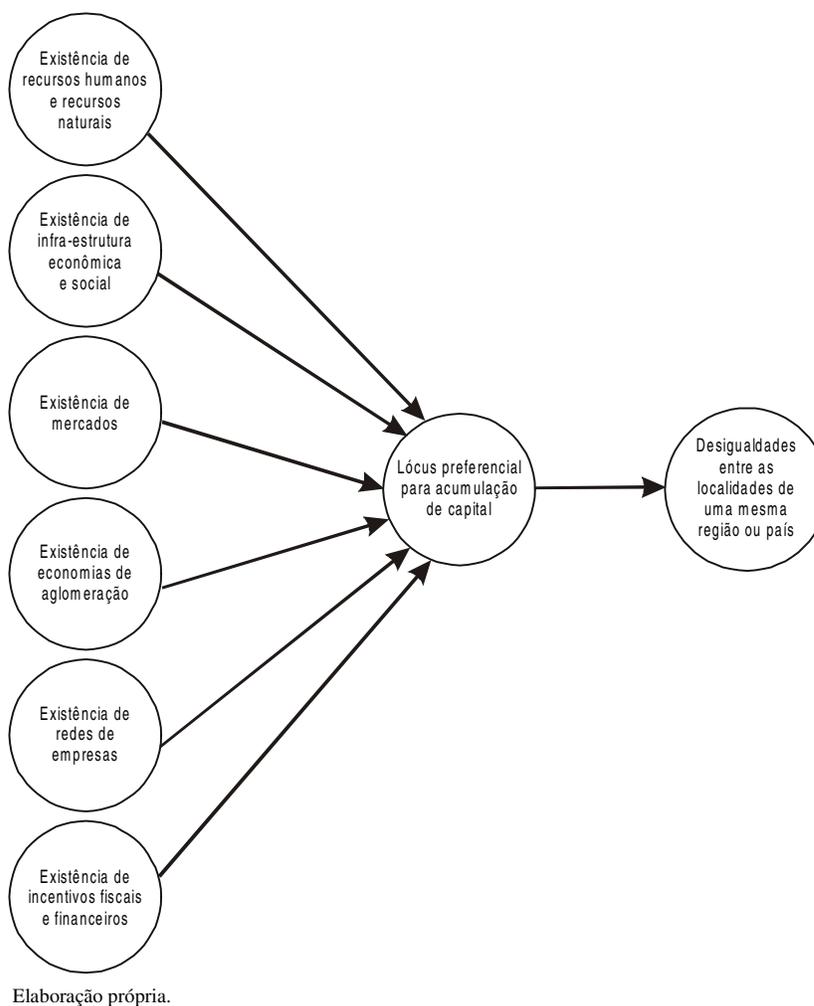
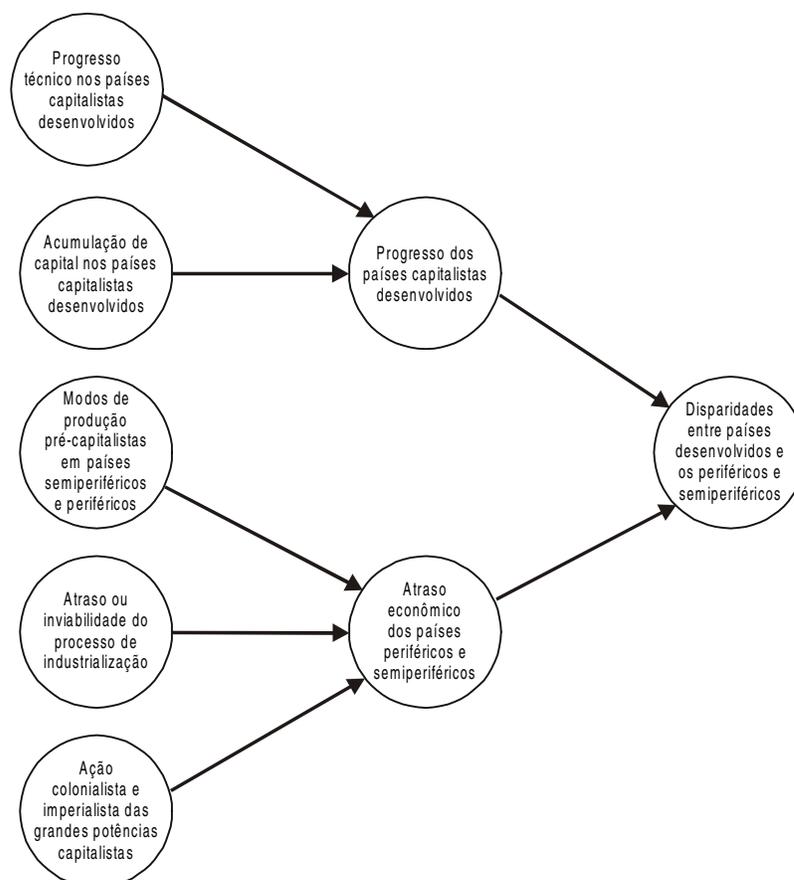


Figura 17 – Fatores determinantes do lócus de acumulação do capital e das desigualdades entre localidades de uma mesma região ou país

As disparidades econômicas existentes atualmente entre os países capitalistas desenvolvidos e os demais (Figura 18) são consequência, de vários fatores destacando-se, entre eles os seguintes: 1) o nível elevado de renda e riqueza resultante do processo de acumulação de capital realizado pelos países capitalistas desenvolvidos ao longo da história; 2) a existência de modos de produção pré-capitalistas em alguns países semiperiféricos e periféricos; 3) o atraso ou inviabilidade do processo de industrialização; 4) a ação colonialista e imperialista implementada há séculos pelas grandes potências capitalistas ao transformarem os recursos e mercados dos países semiperiféricos e periféricos em extensões de suas economias.

A origem das desigualdades econômicas e sociais no Brasil na atualidade é produto da

crescente taxa de exploração da força de trabalho resultante da maximização das horas de trabalho, da utilização da mão-de-obra feminina e infantil de valor mais baixo e, até mesmo, do trabalho escravo, da substituição do **trabalho vivo** (trabalhadores) pelo **trabalho morto** com o uso de máquinas e equipamentos redutores de mão-de-obra e do tempo de trabalho, bem como da redução do valor do trabalho devido à existência de um grande exército industrial de reserva (desempregados) e à fraqueza do movimento sindical brasileiro.



Fonte: Elaboração própria

Figura 18 – Fatores determinantes das disparidades entre os países capitalistas desenvolvidos e os países periféricos e semiperiféricos

Como será visto no capítulo 4, o aumento das desigualdades entre as diversas regiões brasileiras se explica pela tendência do capital nacional e internacional em se concentrar na Região Sudeste, sobretudo em São Paulo, por ali se reunir as melhores condições para promover a acumulação de capital. Em São Paulo dispõe-se de melhores condições em termos de recursos humanos, mercados, infra-estrutura econômica e social, economias de aglomeração e redes de empresas que se articulam entre si como supridoras de matérias-primas ou insumos ou demandadoras de matérias-primas e produtos intermediários ou

acabados. Só excepcionalmente, quando o governo de um estado como o da Bahia oferece incentivos fiscais e financeiros, como ocorreu com a Ford em uma planta automotiva na Bahia, os investimentos não são direcionados em grande medida para a Região Sudeste.

O atraso no processo de industrialização registrado no Brasil, a existência de modos de produção pré-capitalistas e a ação colonialista de Portugal e imperialista da Inglaterra e dos Estados Unidos ao longo da história brasileira foram determinantes para o Brasil ainda se encontrar na condição de país semiperiférico da economia mundial e apresentar grandes disparidades econômicas e sociais, como serão vistas no capítulo 4.

A ação colonialista e imperialista é, sobretudo, o principal fator inibidor do desenvolvimento e gerador da dependência política, econômica, financeira e tecnológica dos países semiperiféricos e periféricos em relação aos países mais desenvolvidos. Pode-se afirmar, tomando por base estudos realizados por Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein, dentre outros autores, que o atraso econômico dos países semiperiféricos e periféricos do sistema capitalista mundial resulta, também, dentre outros fatores, do progresso alcançado pelos países capitalistas mais desenvolvidos.

O processo de globalização que se registra na atualidade tem contribuído para agravar ainda mais as desigualdades em todos os níveis, econômicos e sociais, regionais, nacionais e internacionais. No estudo de Weisbrot et al. (2001), há uma avaliação do impacto da globalização sobre todos os países no período 1980–2000 tomando por base os maiores indicadores econômicos e sociais e compararam seus resultados com os registrados nos 20 anos anteriores (1960/1980). Entre os indicadores, estão incluídos o crescimento da renda *per capita*, a expectativa de vida, a mortalidade infantil, de crianças e adultos, analfabetismo, educação e saúde.

O estudo indicou que, no que concerne ao crescimento econômico e aos demais indicadores, os últimos 20 anos apresentaram um claro declínio no progresso econômico e social de todos os países quando comparado com as duas décadas anteriores. Os resultados desse estudo indicaram que houve menor crescimento econômico e menos progresso nos indicadores de educação e saúde durante o período de globalização, além de concluir que a globalização está associada à redução do progresso econômico e social.

Em matéria de Rossi (1998), constata-se que as nações ricas abrigam 100 milhões de pessoas

com rendimentos abaixo do nível de pobreza segundo relatório da ONU:

Os Estados Unidos, o país mais rico do mundo, são também o país desenvolvido com maior porcentagem de pobres: 16,5% de sua população vive na pobreza, de acordo com o IPH (Índice da Pobreza Humana). Trata-se de um indicador coletado pela primeira vez pelas Nações Unidas, como parte de seu caudaloso Relatório do Desenvolvimento Humano. O IPH leva em conta não apenas a tradicional avaliação da renda das pessoas, mas também a porcentagem da população que tem expectativa de vida inferior a 60 anos, a porcentagem de analfabetos funcionais (alfabetizados que não conseguem nem sequer acompanhar uma leitura básica), os que estão desempregados há 12 meses ou mais e os que ganham menos da metade dos rendimentos pessoais médios. É com base nesse critério que os Estados Unidos aparecem com o maior número relativo de pobres entre os países considerados ricos, seguidos da Irlanda e do Reino Unido.

Nos Estados Unidos, 20% da população é composta por analfabetos funcionais e 13% não passarão dos 60 anos de vida, um padrão inferior ao da Nicarágua, por exemplo. Mas não são apenas os EUA que comportam uma grande pobreza em meio à abundância. O relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) afirma que as nações mais ricas do mundo abrigam 100 milhões de pessoas com rendimentos abaixo do nível de pobreza, mais de 37 milhões de desempregados, 100 milhões de sem-teto e 200 milhões com expectativa de vida inferior aos 60 anos. ***"Os números são assustadoramente altos no seio da abundância"***, lamenta James Gustave Speth, administrador do PNUD.

A Suécia é, entre os países ricos, o mais bem colocado no Índice de Pobreza Humana, com apenas 7% de sua população considerada pobre, pelos critérios do relatório. No item educação, o relatório faz constatações, sobre os países ricos, que se equivalem às comumente feitas para países como o Brasil. "Não obstante o fato de os países industrializados terem atingido a escolarização total, a qualidade da educação ministrada fica aquém das expectativas dos empresários", afirma o texto. De fato, 18% dos adultos de 12 países ricos da Europa e da América do Norte revelaram tão baixos níveis de competência que "nem sequer conseguem corresponder às exigências básicas de leitura em uma sociedade moderna". Tudo somado, o PNUD recomenda a adoção de "políticas que visem assegurar maior equidade no acesso à educação, aos serviços de saúde e a um rendimento mínimo indispensável para evitar a exclusão".

Se existe esse fosso dramático entre ricos e pobres, nos países desenvolvidos, a brecha é imensamente maior entre os países ricos e os em desenvolvimento, afirma o relatório. Um dado impressionante: dos US\$ 24 trilhões que compõem o consumo mundial de bens e serviços, 86% é feito por apenas 20% da população mundial, majoritariamente concentrada nos países desenvolvidos. Qualquer que seja o bem escolhido para comparações, os dados são igualmente alarmantes. Exemplos: 1 - Os 20% mais ricos do mundo consomem 45% da carne e do peixe, deixando apenas 5% para os 20% mais pobres. 2 - Os 20% mais ricos açambarcam 74% das linhas telefônicas existentes no planeta, enquanto os 20% mais pobres ficam com apenas 1,5%. 3 - Dos veículos existentes no mundo, 87% são de propriedade dos 20% mais ricos. A faixa mais pobre tem menos de 1%.

O padrão de consumo dos países ricos gera outro fenômeno perverso, assim descrito pelo relatório do PNUD: "Uma criança que nasça hoje em Nova York, Paris ou Londres vai consumir, gastar e poluir mais durante a sua vida do que 50 crianças de um país em desenvolvimento. Mas os que consomem menos são os que suportarão o grosso dos danos ambientais". Conseqüência, sempre segundo o relatório do PNUD, "Um quinto da população mundial, que vive em países de renda mais elevada, contribui com 53% das emissões de dióxido de carbono, que conduzem ao aumento do aquecimento da atmosfera. O quinto mais pobre contribui só com 3%, mas vive nas comunidades mais vulneráveis às inundações costeiras" (um dos efeitos do aquecimento global).

O Canadá, pelo quinto ano consecutivo, ficou em primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento Humano, seguido por França e Noruega (o Brasil é o 62º). Na

outra ponta, existem cem países em desenvolvimento (ou em transição do comunismo para o capitalismo) em que graves crises econômicas levaram a renda *per capita* a cair a níveis inferiores a 10, 20 ou até 30 anos atrás. No total, segundo o relatório, 1,3 bilhão de pessoas vivem com menos de US\$ 1 por dia.

Por sua vez Pfaff (2000) afirmou que a renda real *per capita* vem caindo nos últimos 35 anos em mais de 30 das economias mais pobres do mundo, a Ásia é única região na qual as taxas de pobreza têm decrescido durante os últimos cinco anos, o progresso econômico na América Latina foi enfraquecido pelo aumento da desigualdade — um fenômeno global, os povos dos países industrializados são hoje 74 vezes mais ricos do que a dos povos dos países mais pobres e a riqueza dos três homens mais ricos no mundo é maior do que o PIB combinado de todos os países menos desenvolvidos — 600 milhões de habitantes.

Professor Emérito de Finanças da Wharton School, Herman (1999) afirma que:

- A diferença de renda entre os 20% da população do mundo nos países mais ricos e mais pobres tem crescido de 30 para 1 em 1960 para 82 para 1 em 1995 e as condições do Terceiro Mundo têm em muitos aspectos piorado.
- A renda *per capita* tem caído em mais de 70 países nos últimos 20 anos.
- Cerca de 3 bilhões de habitantes — metade da população mundial, vive com renda abaixo de US\$ 2 por dia, e 800 milhões sofrem de desnutrição.
- No Terceiro Mundo, o desemprego e subemprego são crescentes e incontroláveis, a pobreza em massa existe lado a lado com a afluência crescente da elite e 75 milhões de pessoas por ano buscam asilo ou emprego no Norte.
- Os governos dos países do Terceiro Mundo permitem irrestrito fluxo de capitais em suas economias e não buscam outra opção a não ser atrair investimento estrangeiro.

A Declaração de Sienna, preparada pelo *Board* de Diretores do IFG — *The International Forum on Globalization* e assinada por 40 organizações em 20 países, conclui que, ao invés de levar benefícios econômicos para toda a população, a globalização tem levado o planeta à proximidade da catástrofe ambiental, convulsão social sem precedentes, desestruturação das economias de muitos países, aumento da pobreza, da fome, dos sem terra, da migração e do deslocamento social. A experiência pode ser agora considerada uma falha.

O agravamento da situação econômica e social em todo o planeta no final do Século XX é exposta por Castells (1999). Um dos aspectos por ele abordado diz respeito à polarização da

riqueza no mundo. Segundo o autor, a disparidade entre países em termos de produção por pessoa talvez seja a característica predominante da história da economia moderna. A diferença de renda *per capita* no país mais rico *versus* o mais pobre, entre 1870 e 1989, multiplicou-se pelo fator 6, e o desvio-padrão do PIB *per capita* cresceu entre 60% e 100%. Em boa parte do mundo, esse desajuste geográfico na criação/apropriação da riqueza aumentou nas últimas duas décadas, ao passo que o diferencial entre os países membros da OCDE e o restante do planeta, representando a esmagadora maioria da população, ainda é abissal.

No mundo, nas três últimas décadas, tem havido crescente desigualdade e polarização na distribuição da riqueza. Apenas US\$ 5 trilhões dos US\$ 23 trilhões do PIB global originaram-se dos países em desenvolvimento, embora esses respondam por quase 80% da população mundial. Os 20% mais pobres viram sua parcela de participação na renda global cair de 2,3% para 1,4% nos últimos 30 anos. Ao mesmo tempo, a fatia dos 20% mais ricos cresceu de 70% para 85%. Com isso, a razão da participação no “bolo” do PIB entre os países mais ricos e os mais pobres dobrou de 30:1 para 60:1. Os bens dos 358 maiores bilionários do mundo (em US\$) superam a soma das rendas anuais de países com nada menos que 45% da população mundial.

Há uma disparidade considerável na evolução da desigualdade interna de distribuição de renda em diversas regiões do mundo. Nas últimas duas décadas, a desigualdade na distribuição da renda cresceu nos Estados Unidos, Reino Unido, Brasil, Argentina, Venezuela, Bolívia, Peru, Tailândia e Rússia e, nos anos 80, no Japão, Canadá, Suécia, Austrália, Alemanha e México. Contudo, a desigualdade diminuiu de 1960 a 1990 na Índia, Malásia, Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coréia do Sul.

O que parece ser um fenômeno global é o avanço da pobreza⁸, e principalmente da pobreza extrema⁹. Em meados de 1990, considerando como a linha de pobreza extrema um nível de consumo equivalente a um dólar por dia, 1,3 bilhão de pessoas, quer dizer, 33% da população do mundo em desenvolvimento, encontrava-se em estado de miséria. De modo geral, a ascensão do capitalismo informacional global caracteriza-se, indubitavelmente, pelo desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico simultâneo, inclusão social e exclusão

⁸ Pobreza se refere a um nível de recursos abaixo do qual não é possível atingir o padrão de vida considerado mínimo em uma sociedade e época determinadas.

⁹ Pobreza extrema ou miséria é o nível mais baixo de distribuição de renda/bens ou privação.

social.

Ainda no que se refere à desigualdade mundial de renda, no período 1938–1988 ocorreu

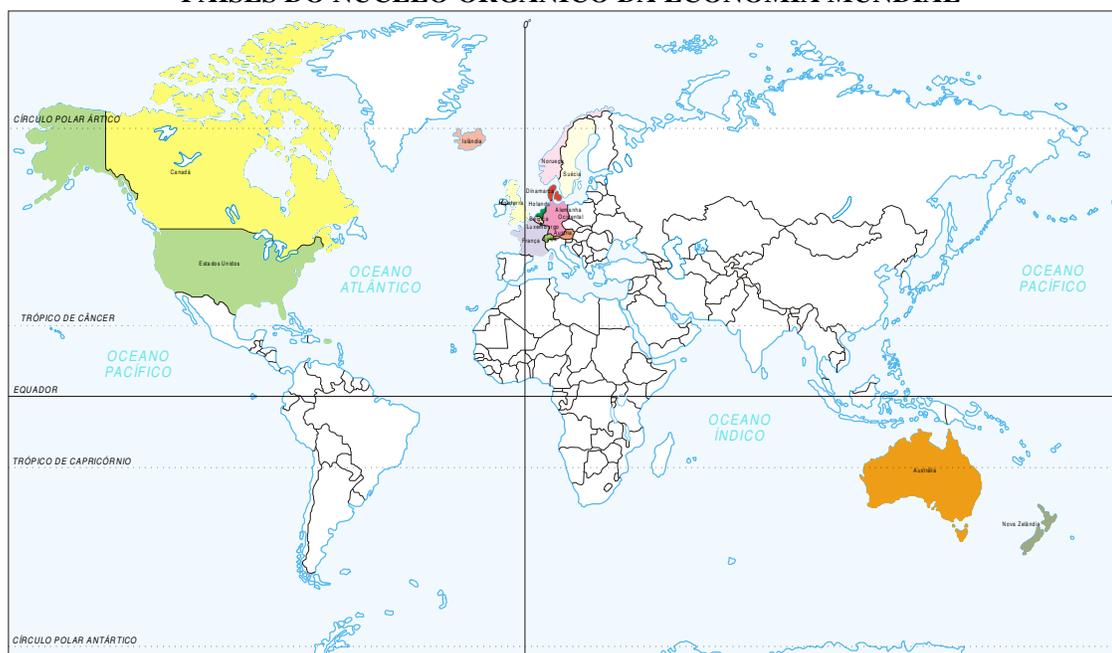
uma grande ampliação da diferença já grande de renda, que há cinquenta anos, separava os povos do Sul dos povos do núcleo orgânico da economia capitalista mundial [e] a tendência geral de longo prazo é inequívoca: a grande maioria da população mundial se distancia cada vez mais dos padrões de riqueza do Ocidente. (ARRIGHI, 1997, p. 266)

Os países do núcleo orgânico considerados por Arrighi são os que compõem a Europa Ocidental (Benelux, Escandinávia, Alemanha Ocidental, Áustria, Suíça, França e Reino Unido), a América do Norte (Estados Unidos e Canadá), Austrália e Nova Zelândia, (Mapa 10)

(...) nos últimos cinquenta anos, as desigualdades de renda entre as regiões mais pobres da economia mundial seguiram um padrão que, em aspectos-chave, é o oposto exato do padrão seguido pelas desigualdades de renda entre as regiões mais ricas. Entre 1938 e 1948, quando aumentaram acentuadamente as desigualdades de renda entre as regiões ricas, as das regiões mais pobres provavelmente permaneceram as mesmas ou diminuíram. Entre 1948 e 1980, quando diminuíram as desigualdades de renda entre as regiões ricas, as das regiões mais pobres aumentaram de maneira acentuada. Entre 1980 e 1988, quando as desigualdades de renda entre as regiões ricas aumentaram, as das regiões mais pobres diminuíram acentuadamente. Como resultado desses movimentos opostos, nos últimos cinquenta anos, as desigualdades de renda tenderam a um declínio, nas regiões mais ricas, e a um aumento, nas regiões mais pobres. (ARRIGHI, 1997, p. 267)

MAPA 10

PAÍSES DO NÚCLEO ORGÂNICO DA ECONOMIA MUNDIAL



Base: Atlas, 2002.

Adaptação do autor

As conclusões de Arrighi demonstram também o fracasso das políticas de desenvolvimento postas em prática em vários países situados fora do núcleo orgânico após a Segunda Guerra Mundial; também o Brasil se manteve em 1988 no mesmo patamar que tinha em 1938. A tese que vigorava no pós-guerra de que seria possível a todas as nações alcançarem o estágio de elevado consumo de massa desfrutado pelo povo dos Estados Unidos não se realizou.

(...) houve vários sucessos parciais e temporários... Mas exatamente no momento em que todos os indicadores pareciam rumar na direção ascendente — como ocorreu por volta de 1980, com a única exceção do Sul da Ásia — todos, sem exceção, entraram em colapso durante a década seguinte.

(...) por volta de 1980, os Estados Unidos abandonaram a doutrina de desenvolvimento para todos em favor da doutrina segundo a qual os países pobres deveriam concentrar seus esforços em economizar tanto quanto possível, como meio de honrar o serviço de suas dívidas e preservar seu crédito. A solvência e não o desenvolvimento, tornou-se a palavra-chave. Ao mesmo tempo, agências governamentais e empresas americanas aumentaram seu próprio endividamento — nacional e internacionalmente — e começaram a competir agressivamente com Estados mais pobres no mercado financeiro mundial. (ARRIGHI, 1997, p. 271)

Arrighi (1997) ainda acrescenta que os países socialistas fracassaram também por não criarem uma abundância de meios comparáveis aos do Ocidente, além de não alcançarem os seus padrões de riqueza ficando cada vez mais atrás deles.

O indicador utilizado por Arrighi para comparar os diversos países foi a relação entre seus PNBs (Produto Nacional Bruto) *per capita* e o PNB *per capita* do conjunto dos países componentes do núcleo orgânico. Ressalta que:

o domínio econômico relativo medido por nosso indicador é uma expressão não da troca desigual como tal, mas da totalidade das relações de poder (político, econômico, cultural) que têm privilegiado os habitantes do núcleo orgânico nos seus negócios diretos e indiretos, com os habitantes das regiões e jurisdições que estão fora do núcleo orgânico. (ARRIGHI, 1997, p. 263)

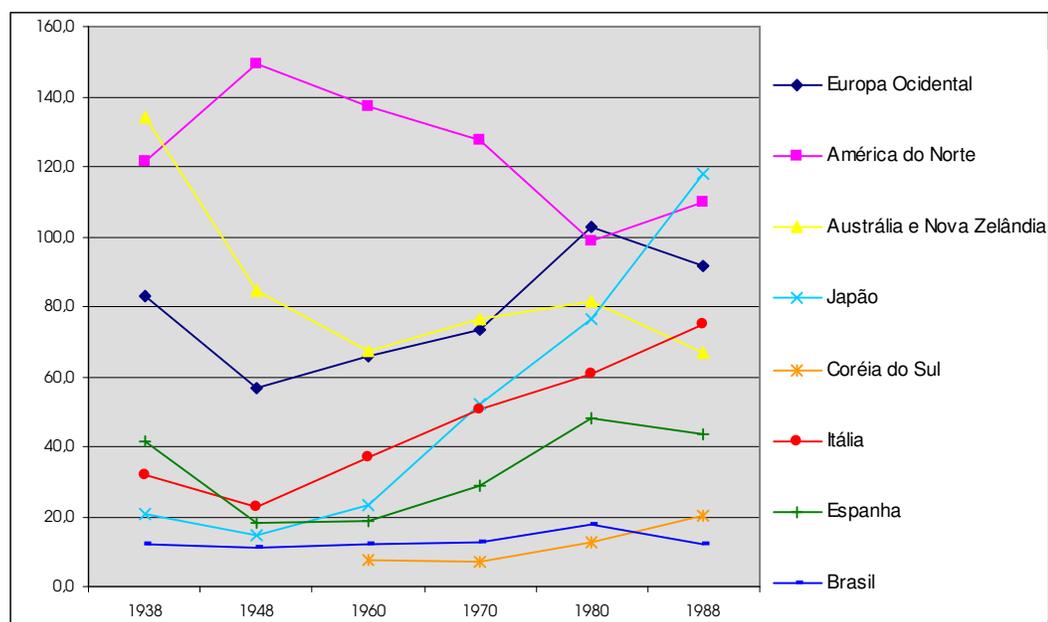
A Tabela 2 e o Gráfico 1 apresentam dados sobre a evolução da relação entre o PNB *per capita* de cada região ou país selecionado componente da economia capitalista mundial e o PNB *per capita* dos países do núcleo orgânico. Pode-se extrair de ambos a conclusão de que o Japão e a Itália foram os países que apresentaram o melhor desempenho de 1948 a 1988. O Japão superou a América do Norte e a Itália ultrapassou a Austrália e Nova Zelândia em 1988, ficando abaixo da Europa Ocidental e América do Norte. A partir de 1970, esses países passaram a fazer parte do chamado núcleo orgânico da economia capitalista mundial. Espanha e Brasil atingiram em 1988 praticamente o mesmo patamar que possuíam em 1938 e o Brasil, que apresentou grande avanço em 1980, voltou em 1988 ao mesmo patamar de 1938, 1948 e 1960, sendo superado naquele ano pela Coreia do Sul.

Tabela 2 – Proporção do PNB *per capita* e da População de regiões ou países selecionadas em relação ao PNB *per capita* e a população do Núcleo Orgânico da Economia Mundial

Região/ País selecionado	Relação (%)											
	PNB per capita por região ou país selecionado / PNB per capita do núcleo orgânico da economia mundial						População por região ou país selecionado / População do núcleo orgânico da economia mundial					
	1938	1948	1960	1970	1980	1988	1938	1948	1960	1970	1980	1988
Europa Ocidental	83,2	56,5	65,7	73,5	103,0	91,4	57,0	51,2	48,9	47,7	45,7	44,1
América do Norte	121,6	149,3	137,0	127,4	98,6	109,7	40,5	46,0	48,0	49,0	50,7	52,1
Austrália e Nova Zelândia	134,4	84,6	67,4	76,3	81,7	67,0	2,4	2,8	3,1	3,3	3,6	3,8
Japão	20,7	14,5	23,2	52,1	76,3	117,9	20,3	23,1	22,8	22,6	23,5	23,4
Coréia do Sul	n.d.	n.d.	7,7	7,2	12,7	20,2	n.d.	n.d.	6,0	7,0	7,7	8,0
Itália	32,0	22,8	37,0	50,4	60,9	74,8	12,6	13,2	12,1	11,6	11,3	11,0
Espanha	41,6	18,4	18,6	28,9	48,0	43,4	4,8	8,0	7,4	7,3	7,5	7,5
Brasil	12,0	11,3	12,1	12,7	17,5	12,1	11,4	14,1	17,6	20,7	23,8	27,6

Fonte: Arrighi, 1997.

Gráfico 1 – Relação: PNB *per capita* por região ou país selecionado/ PNB *per capita* do núcleo orgânico da economia mundial



Fonte: Arrighi, 1997.

Elaboração própria

O Banco Mundial publicou, em outubro de 2000, uma lista classificando os países pelo seu de desenvolvimento econômico e social. A Noruega encontra-se no primeiro lugar e o Brasil no 90º do planeta (Quadro 5)

Quadro 5 – Desenvolvimento econômico e social mundial – Classificação dos países

AMÉRICA DO NORTE E CARIBE			
11 Canadá	49 Trinidad e Tobago	63 Cuba	80 Jamaica
21 Estados Unidos	57 St Kitts and Nevis	72 St Vincent e Grenadines	112 República Dominicana
33 Bahamas	58 Dominica	76 Granada	170 Haiti
40 Barbados	60 Antigua e Barbuda	79 Santa Lúcia	
AMÉRICA CENTRAL E DO SUL			
53 Chile	73 Suriname	90 Brasil	110 El Salvador
54 Uruguai	78 Costa Rica	93 Belize	121 Bolívia
56 Argentina	81 México	94 Equador	129 Honduras
68 Venezuela	82 Colômbia	100 Peru	134 Nicarágua
71 Panamá	83 Guiana	106 Paraguai	137 Guatemala
EUROPA OCIDENTAL			
1 Noruega	8 San Marino	15 França	26 Espanha
3 Suíça	9 Luxemburgo	16 Austria	29 Andorra
4 Mônaco	10 Finlândia	18 Alemanha	30 Malta
5 Suécia	12 Holanda	19 Reino Unido	36 Chipre
6 Dinamarca	13 Islândia	22 Irlanda	42 Grécia
7 Liechtenstein	14 Bélgica	24 Itália	48 Portugal
EUROPA ORIENTAL			
32 Estônia	46 Hungria	59 Polónia	84 Armênia
34 República Tcheca	50 Croácia	65 Ucrânia	87 Romênia
35 Eslovênia	51 Letônia	67 Geórgia	96 Moldávia
41 Eslováquia	52 Lituânia	69 Iugoslávia	104 Bósnia e Herzegovina
44 Bulgária	55 Rússia	77 Macedônia	126 Albânia
45 Belarus			
ORIENTE MÉDIO, NORTE DA ÁFRICA E ÁSIA CENTRAL			
25 Kuwait	75 Líbano	105 Turquemenistão	122 Irã
27 Catar	85 Casaquistão	108 Turquia	125 Egito
31 Bahrein	89 Quíziquistão	109 Uzbequistão	128 Tadjiquistão
37 Israel	92 Jordânia	116 Marrocos	131 Iraque
39 Emirados Árabes Unidos	95 Líbia	118 Síria	136 Azerbaijão
62 Oman	97 Tunísia	120 Argélia	150 Iêmen
70 Arábia Saudita			
EXTREMO ORIENTE, SUDESTE DA ÁSIA E SUBCONTINENTE INDIANO			
2 Japão	86 Tailândia	127 Indonésia	162 Butão
23 Singapura	102 Coréia do Norte	133 Maldivas	163 Miamar
28 Taiwan	113 China	138 Vietnam	165 Nepal
38 Coréia do Sul	115 Sri Lanka	148 Índia	168 Bangladesh
43 Brunei	117 Mongólia	158 Paquistão	173 Cambodja
64 Malásia	119 Filipinas	160 Laos	188 Afeganistão
ÁFRICA OCIDENTAL			
101 Gabão	149 Senegal	155 Gana	174 Serra Leoa
140 Cabo Verde	151 Costa do Marfim	157 Mauritânia	176 Guiné
141 República do Congo	152 Gâmbia	161 Togo	177 Mali
142 Guiné Equatorial	153 Nigéria	166 Benin	186 Burkina Faso
145 São Tomé e Príncipe	154 Libéria	171 Guiné-Bissau	190 Níger
147 Camarões			
OCEANIA			
17 Austrália	88 Fiji	107 Samoa	135 Vanuatu
20 Nova Zelândia	91 Tuvalu	123 Ilhas Salomão	139 Kiribati
47 Nauru	99 Micronésia	124 Papua Nova Guiné	
61 Palau	103 Tonga	132 Ilhas Marshal	
ÁFRICA CENTRAL E ORIENTAL			
146 Djibuti	178 Sudão	182 Burundi	187 Etiópia
156 Quênia	180 Tanzânia	183 Eritreia	189 Ruanda
169 África Central	181 Chade	184 Somália	191 República Democrática do Congo
175 Uganda			
ÁFRICA DO SUL			
66 Seichelles	114 Botswana	159 Zâmbia	179 Malawi
74 Maurício	130 Swazilândia	164 Comoros	185 Moçambique
98 África do Sul	143 Zimbábue	167 Madagascar	
111 Namíbia	144 Lesothu	172 Angola	

Fonte: Moneghetti, 1998.

2.4 PRINCIPAIS CONCLUSÕES SOBRE O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

Pode-se afirmar, pelo exposto, que a expansão da economia-mundo Europa, movida pelo incessante processo de acumulação do capital, levou à integração progressiva da economia mundial em benefício das classes dominantes das potências capitalistas mais desenvolvidas que lideraram esse processo ao longo dos últimos 500 anos.

Constatou-se que o crescimento econômico dos países capitalistas avançados resultou do incessante processo de acumulação do capital e do progresso técnico que se realizou ao longo de cinco séculos às custas de desigualdades sociais e regionais de renda entre seus habitantes e às custas de outros países por eles explorados. Reside na exploração do homem pelo homem o incremento das desigualdades sociais no interior desses países e nas práticas imperialistas ou colonialistas a origem das desigualdades econômicas entre os países capitalistas centrais, periféricos e semiperiféricos.

Ficou evidenciado que a ação colonialista e imperialista é o principal fator inibidor do desenvolvimento e gerador da dependência política, econômica, financeira e tecnológica dos países semiperiféricos e periféricos da economia capitalista mundial em relação aos países mais desenvolvidos. Pode-se afirmar que o atraso econômico dos países semiperiféricos e periféricos do sistema capitalista mundial resulta, também, entre outros fatores, do progresso alcançado pelos países capitalistas mais desenvolvidos.

Constatou-se, também, que a organização da classe operária e seu fortalecimento contribuíram decisivamente para arrancar das classes dominantes inúmeras concessões durante o Século XX. Essa é, sem sombra de dúvidas, a condição sem a qual os trabalhadores não conseguirão reduzir a exploração do trabalho pelo capital. A história da humanidade no Século XX demonstra que apenas com o fortalecimento das organizações sindicais e da Sociedade Civil em geral, bem como dos partidos políticos progressistas é possível arrancar concessões das classes dominantes.

Ficou demonstrado que as concessões feitas pelo capital em relação ao trabalho, sobretudo na Europa Ocidental, com a constituição do *Welfare State* após a Segunda Guerra Mundial, resultaram, de um lado, da necessidade de expandir o mercado consumidor e da produção em massa fordista e, de outro, do imperativo de refrear ou disciplinar as lutas políticas comandadas pelos partidos de esquerda e as lutas sindicais que pudessem alimentar o movimento comunista.

Evidenciou-se, também, que o uso de novas tecnologias, ao invés de se transformar em

instrumentos de elevação do bem-estar social, representou seu algoz ao longo da história. A exploração do homem pelo homem aumentou ainda mais com o uso das novas tecnologias, o que significa dizer que a modernização do sistema capitalista, de um lado, gera uma riqueza extremamente polarizada e, de outro, incrementa os grupos de exclusão social.

As mudanças tecnológicas e gerenciais do capitalismo na era contemporânea com base no toyotismo tende a ampliar o abismo de injustiça social que beneficia muito os donos de empresa e prejudica sobretudo o proletariado. É iminente o risco de se perder direitos sociais e trabalhistas conquistados durante anos de luta. O toyotismo descaracteriza a social democracia. A reestruturação produtiva, baseada no toyotismo, aumentará o abismo social entre os pobres e ricos. Cada vez mais, menos pessoas trabalharão e mais estarão à mercê da própria sorte, sem emprego e sem perspectiva.

Depreende-se, ainda, que as disparidades econômicas existentes atualmente entre os países capitalistas desenvolvidos e os demais são conseqüência de vários fatores, destacando-se, dentre eles: 1) o nível elevado de renda e riqueza resultante do processo de acumulação de capital realizado pelos países capitalistas desenvolvidos ao longo da história; 2) a existência de modos de produção pré-capitalistas em alguns países semiperiféricos e periféricos; 3) o atraso ou inviabilidade do processo de industrialização; 4) a ação colonialista e imperialista implementada há séculos pelas grandes potências capitalistas ao transformarem os recursos e mercados dos países semiperiféricos e periféricos em extensões de suas economias. Os três últimos fatores foram determinantes para o Brasil ainda se encontrar na condição de país semiperiférico da economia mundial.

Diferentemente dos países capitalistas desenvolvidos que acumularam grande volume de capital no período mercantilista, os países periféricos ou semiperiféricos não passaram por esse estágio. O progresso técnico não avançou nesses países porque quando possuíam o *status* de colônia se tornavam dependentes de tecnologia oriunda da metrópole e, mais tarde, quando se tornaram formalmente independentes, não dispunham de capitais e não reuniam condições estruturais para promover o desenvolvimento científico e tecnológico. Esse fato é uma das razões do atraso econômico dos países periféricos ou semiperiféricos.

Durante sua evolução, o capitalismo tem gerado também desigualdades entre as localidades de uma mesma região ou país. Elas se explicam pela tendência do capital em se concentrar em localidades e regiões que reúnam as melhores condições para maximizar seus lucros. As localidades e regiões que disponham de melhores condições em termos de recursos humanos, recursos naturais, mercados, infra-estrutura econômica e social e redes de empresas que se

articulem entre si como supridoras de matérias-primas ou insumos ou demandadoras de matérias-primas e produtos intermediários ou acabados são as mais credenciadas a fazerem parte do circuito de acumulação de capital. Há uma tendência dos investidores em implantar empreendimentos em localidades ou regiões que apresentem, portanto, maiores economias de aglomeração.

Não há dúvidas de que o processo de globalização que se registra na atualidade tem contribuído para agravar ainda mais as desigualdades em todos os níveis, econômicos e sociais, regionais, nacionais e internacionais. Ao invés de levar benefícios econômicos para todo a população, a globalização tem levado o planeta à proximidade da catástrofe ambiental, convulsão social sem precedentes, desestruturação das economias de muitos países, aumento da pobreza, da fome, dos sem terra, da migração e do deslocamento social.

Os últimos 20 anos apresentaram um claro declínio no progresso econômico e social de todos os países quando comparado com as duas décadas anteriores. A tendência geral de longo prazo é inequívoca: a grande maioria da população mundial se distancia cada vez mais dos padrões de riqueza do Ocidente.

Os impactos do processo de globalização da economia capitalista mundial sobre o Brasil e, por extensão, sobre a Bahia vêm ocorrendo desde a primeira fase da globalização quando foi colonizado por Portugal em 1500. O Brasil foi vítima de pilhagem de suas riquezas por parte de Portugal e Inglaterra durante o período colonial e o Império. Durante a República até o presente, o Brasil sempre esteve dependente de capitais e tecnologia externa para se desenvolver, como pode ser visto no capítulo 4.

O atraso econômico do Brasil em relação aos países capitalistas centrais resulta, principalmente de sua dependência em relação aos países líderes do capitalismo mundial, sobretudo dos Estados Unidos. O Estado da Bahia apresenta em grau maior um duplo quadro de dependência de capitais, tecnologia e mercados. O primeiro, em relação ao Exterior e, o segundo, em relação a São Paulo, onde se localiza o principal mercado consumidor do país e se concentra a produção econômica nacional. (Ver capítulos 4, 5, 7).

A globalização recente tem produzido um impacto devastador sobre a economia brasileira em geral e sobre a economia do Estado da Bahia em particular. O processo de globalização atual tem inviabilizado o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social do Brasil e do Estado da Bahia. (Ver capítulos 4, 7, 8).